

MARIZE NUNES PÁDUA

ECONOMIA INTERNACIONAL:
o comportamento da balança comercial brasileira entre os anos de
2000 a 2009

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial, para obtenção do título
de bacharel no curso de Ciências Econômicas da
Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Braga Filho

FRANCA
2013

MARIZE NUNES PÁDUA

ECONOMIA INTERNACIONAL:
o comportamento da balança comercial brasileira entre os anos de
2000 a 2009

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
para obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas.

Franca, 30 de outubro 2013.

Orientador (a): _____

Nome: Prof. Dr. Hélio Braga Filho

Instituição: UNI-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): _____

Nome:

Instituição: UNI-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): _____

Nome:

Instituição: UNI-FACEF Centro Universitário de Franca

Agradeço a Deus, à minha família e ao meu orientador, Dr. Hélio Braga Filho.

Porque em verdade vos digo que qualquer que disser a este monte: Ergue-te e lança-te no mar, e não duvidar em seu coração, mas crer que se fará aquilo que diz, tudo o que disser lhe será feito. Marcos 11.23

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise do comportamento da balança comercial brasileira entre os anos de 2000 a 2009, abordando, as teorias clássicas de Adam Smith e David Ricardo conhecidas como Teoria das Vantagens Absolutas e Teoria das Vantagens Comparativas, respectivamente. As teorias, por sua vez, através de dados bibliográficos, estabelecem as relações comerciais e econômicas existentes entre dois países, enfatizando a supremacia de um em detrimento do outro. Salientou-se a relevância da Teoria das Vantagens Competitivas de Michael E. Porter para a nação e também para o comércio internacional. A análise do trabalho de Souza (1999) destacou o papel fundamental das exportações no processo de crescimento econômico. Esta análise foi feita dividindo-se os bens exportados quanto ao fator agregado, evidenciando-se uma maior exportação de bens básicos em detrimento da exportação de bens industrializados.

Ademais os dados estatísticos ajudaram a explicar e entender o comportamento da balança comercial brasileira nos nove anos analisados, através da pesquisa empírica, baseada em tabelas e gráficos que mostram os dados do PIB, exportações e importações realizadas, a pauta exportadora e as características de cada período. Finalmente constatou-se que os bens básicos contribuíram significativamente para o superávit da balança comercial durante o período analisado, ficando evidente a dependência estrutural pela exportação de commodities.

Palavras-chave: balança comercial, crescimento econômico, exportações, vantagens comparativas, vantagens competitivas.

ABSTRACT

This search aims analyze the behavior of the Brazilian trade balance between the years 2000 to 2009 , addressing the classical theories of Adam Smith and David Ricardo known as Theory of Absolute Advantage and Theory of Comparative Advantage , respectively. Theories , on the other hand , through bibliographic data , It establish such as business relationship and economic between the two countries , emphasizing the supremacy of one over the other. Stressed the importance of the Theory of Competitive Advantage by Michael E. Porter to the nation and to international trade . The analysis of the work of Souza (1999) highlighted the important of the exports in the economic growth process . This analysis was performed by dividing goods exported such as aggregate factor ,demonstrating a greater export of goods basic in detriment of the export of goods manufactured . Besides the statistical data helped to explain and understand the behavior of the Brazilian trade balance in the nine years examined , through empirical research , based on tables and graphs showing the data of GDP , exports and imports , the export ruling and the characteristics of each period. Finally it was found that the goods basic contributed significantly to the trade surplus during the period analyzed , evidencing the structural dependency on the export of commodities

Keywords: comercial balance, economic growth, exportation, comparative advantages, competitive advantages.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
1.1 CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA CLÁSSICA A TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	9
1.2 ADAM SMITH	11
1.3 DAVID RICARDO.....	13
1.4 MICHAEL PORTER.....	16
2 COMÉRCIO INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO 19	
2.1 EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES	19
2.2 SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.....	22
2.3 A BALANÇA COMERCIAL	25
3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO	30
3.1 DEPENDÊNCIA EXTERNA-PRIMÓRDIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	30
3.2 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.....	34
3.3 INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	37
3.4 OS GOVERNOS BRASILEIROS DE 1950 A 1990	41
3.5 CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	45
3.6 SUBDESENVOLVIMENTO E ATRASO TECNOLÓGICO.....	46
3.7 GLOBALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	48

4 PESQUISA EMPÍRICA:EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 2000 A 2009	51
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

O presente trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica através de livros e artigos científicos, disponíveis em meios eletrônicos. A pesquisa empírica, por sua vez, através de dados e gráficos estatísticos corroboraram as teorias defendidas pelos autores ao longo dos capítulos estudados mediante os sites oficiais consultados, tais como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), MDIC (Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio), IPEA (Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada).

Para tanto, o estudo tem como objetivo analisar o comportamento da balança comercial brasileira de 2000 a 2009 através do comércio internacional, sendo indispensáveis as seguintes variáveis: PIB (Produto Interno Bruto), os volumes de exportação e importação do país, a composição da pauta exportadora brasileira e os principais fatores que levaram a estes resultados. Estes fatores por sua vez, estão relacionados a inovações tecnológicas, a estrutura da pauta exportadora brasileira e a inserção do país no comércio internacional.

O primeiro capítulo aborda as formulações teóricas dos economistas clássicos, entre eles: Adam Smith (precursor da escola clássica) e David Ricardo com sua formulada Teoria das Vantagens Comparativas, que diz respeito as relações econômicas e comerciais existentes entre dois países conforme a especialização desenvolvida na produção de mercadorias de cada país. Isso significa que o país hegemônico (aquele que consegue ser mais competitivo em relação aos outros, em que a mão-de-obra além de ser especializada é barata, os custos são menores e a produtividade tende a ser maior) apresentará vantagem de custo e sua produtividade será maior em detrimento do outro. Destaca-se também a relevância da Teoria das Vantagens Competitivas de Michael E. Porter, contribuindo para o desenvolvimento do comércio internacional e da nação como um todo.

O segundo capítulo diz respeito ao processo de substituição de importações adotado no Brasil enquanto estratégia adotada para a sua industrialização. Esse processo visa o desenvolvimento interno de uma nação, estimulado por desequilíbrio externo e tem como resultado a dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial.

No terceiro capítulo é analisada a formação econômica do Brasil, através do governo de 1950 a 1990, sendo destacados fatos históricos e econômicos marcantes para o país até o período da industrialização brasileira. Salienta-se também o atraso da industrialização brasileira e suas causas no que diz respeito a inserção de novas tecnologias e especialização da mão-de-obra.

Por fim, o quarto capítulo está apresentado sob a forma da pesquisa empírica (gráficos e tabelas) de modo que, esta mostra claramente os resultados das políticas econômicas adotadas no Brasil juntamente com o seu desenvolvimento e inserção no comércio internacional. Neste contexto, destacam-se os produtos de maior relevância na composição da pauta exportadora brasileira e qual a sua participação no crescimento da economia. Dessa maneira, a correlação entre a fundamentação teórica e a pesquisa empírica é fundamental para a análise do crescimento econômico brasileiro mediante o saldo da balança comercial do país, suas exportações e outras variáveis mencionadas anteriormente.

I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA CLÁSSICA A TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Para analisar o comportamento da balança comercial brasileira, no período de 2000 a 2009, é imprescindível entender o surgimento do comércio internacional, as relações estabelecidas com os demais países; e as teorias formuladas pelos economistas, para explicar o funcionamento do comércio entre as nações.

Segundo Hugon (1967), as primeiras relações estabelecidas com o comércio internacional, iniciaram-se com o mercantilismo; onde a balança de comércio passou a substituir a balança de contratos. Nesse período, entre os séculos XVI e XVIII, o objetivo dos mercantilistas era apresentar uma balança comercial favorável, ou seja, as exportações teriam que ser maiores que as importações. As importações e exportações realizadas na época, consistiam no comércio entre metais preciosos, principalmente ouro e prata. Existia, portanto, o protecionismo (século XVII), onde o aumento das exportações era concedido através dos subsídios, e a diminuição das importações, através das tarifas.

Para Coutinho (1993, p.29) “o mercantilismo representa principalmente a emergência de questões econômicas no debate corrente, pano de fundo para o posterior desenvolvimento da reflexão sistemática em economia”.

Coutinho (1993) afirma também que o mercantilismo consolidou um conjunto de temas denotativos da moderna sociabilidade mercantil, como juros, preços, câmbio, riqueza, tributação. Do debate sistemático desses temas, e muitas vezes em oposição aos postulados mercantilistas, nasce a economia política clássica.

Krugman e Obstfeld (2005), definem a participação dos países no comércio internacional por duas razões básicas, sendo elas:

Os países comercializam porque são diferentes entre si. Os países, assim como os indivíduos, podem ser beneficiados por suas diferenças, atingindo um arranjo no qual cada um produz as coisas que faz relativamente bem. Os países comercializam para obter economias de escala na produção. Isto é, se cada país produz apenas uma variedade limitada de bens, ele pode produzir

cada um desses bens em uma escala maior e, portanto, mais eficientemente do que se tentasse produzir tudo. Na realidade, os padrões de comércio internacional refletem a interação de ambos os motivos. (Krugman e Obstfeld 2005, p. 13).

O precursor da Escola Clássica, Adam Smith (1988 apud Marinho 2011)¹ desenvolveu seu trabalho baseado na Teoria das Vantagens Absolutas, em 1776, o qual publicou sua obra de maior relevância intitulada “A Riqueza Das Nações”. Para o autor, a Teoria das Vantagens Absolutas diz respeito à especialização na produção dos bens que possa configurar vantagem absoluta. Ou seja, cada país deve especializar-se na produção de determinado bem que lhe apresente vantagem absoluta de custo, concomitantemente com uma menor utilização de insumos, no caso de Smith, seria o trabalho. Assim, uma nação exportará produtos que possua vantagem absoluta de custo e importará produtos que possua desvantagem absoluta de custo.

As ideias de Smith se contrapõem às ideias mercantilistas. O autor clássico defende o livre mercado, não admitindo a interferência do governo na economia. Para Smith (1988 apud Marinho 2011), a economia funcionava guiada por uma “mão invisível”, a qual conduziria os interesses individuais, como as empresas e os consumidores, aos melhores interesses de toda sociedade, sem necessidade de interferência do governo.

O liberalismo de Smith² fomenta o comércio internacional, de modo que as relações comerciais existentes entre as nações, possam trazer vantagens ou até mesmo desvantagens associadas ao livre comércio, sendo que o objetivo entre os países participantes é beneficiarem-se das trocas. Para tanto, formulou a teoria das Vantagens Absolutas. O livre comércio entre as nações traz consigo o fim do protecionismo aos produtos nacionais e importados, e a não interferência do governo na economia. Por fim, o liberalismo acabara beneficiando a especialização de cada país e todas as demais nações que participam do comércio internacional.

No que diz respeito a Teoria Das Vantagens Comparativas, Ricardo a define como:

Posteriormente a Smith, David Ricardo formulou sua teoria das Vantagens Comparativas em 1817 aperfeiçoando a teoria de Smith. Para Ricardo, os ganhos do comércio exterior, não se daria pela vantagem absoluta de Smith, mas pelo princípio das vantagens comparativas. Segundo o autor, dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, desde que cada um apresentasse vantagem relativa na produção. Vantagem relativa significa, que a razão entre o

¹MARINHO, Henrique. Teorias do Comércio Internacional e Política Comercial. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2011, p. 38-39.

² Id., 2011, p. 39.

trabalho incorporado entre as duas mercadorias divergia entre dois países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor que a de outro país. (RICARDO 1982, apud Marinho, 2011 p.44).

Para Ricardo, os países deveriam especializar-se na produção de bens que apresentem vantagens comparativas, aumentando sua produção interna. Assim, a produção que não fosse vendida no mercado nacional de determinado país, deveria ser exportada. Os outros bens seriam adquiridos no mercado internacional a um preço menor do que se produzido internamente.

Isso significa dizer que os países exportarão produtos nos quais têm maior vantagem comparativa em sua produção e importarão os bens nos quais apresentem menor produtividade, ou seja, não tem vantagem comparativa em sua produção.

1.2 ADAM SMITH

Adam Smith (1776) publicara a sua obra, intitulado “Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, que além de examinar a origem da riqueza das nações, defendia o livre comércio entre elas. Em relação ao comércio internacional, esse deveria basear-se nos pressupostos das vantagens absolutas, ou seja, cada nação deveria especializar-se na produção de determinado bem que lhe apresentasse vantagem absoluta de custo, simultaneamente a uma menor utilização de insumos, no caso de Smith, seria o trabalho. Nesse caso, seria vantajoso para o país exportar os bens que possuíssem vantagem absoluta de custo e importar aqueles que apresentassem desvantagem absoluta de custo.

A obra de Smith não se restringe ao comércio internacional. As primeiras formulações da teoria econômica foram sistematizadas por ele, entre elas estão: a divisão do trabalho, as teorias do valor, do dinheiro, dos tributos, dos mercados, do crescimento econômico e da distribuição de renda. Estudou, ainda, sobre o papel das diferentes classes sociais, e, principalmente do papel o Estado na economia.

Smith (1988, apud Marinho, 2011), defendia o liberalismo e a não intervenção do Estado na economia. Para o autor, a economia funcionava guiada por uma “mão invisível”, a qual, por sua vez, conduziria os interesses individuais dos agentes do mercado, como empresas e consumidores, aos melhores interesses de toda a sociedade, sem necessidade de

interferência do governo. Em oposição aos mercantilistas, Smith mostrou que o benefício do comércio se daria pela vantagem absoluta, base do comércio internacional.

A teoria das vantagens absolutas de Smith, refere-se à especialização de certa nação na produção de determinado bem que lhe apresente maior vantagem absoluta de custo, no caso considerado pelo autor, seria o trabalho, para produzir esse bem com menores custos.

Para Smith (1988, apud Carbaugh, 2004), o comércio internacional permite as nações aproveitarem a especialização e divisão do trabalho, para elevarem sua produtividade, gerando assim, um aumento da produção mundial. Afirma, ainda, que as produtividades dos fatores de produção representam o determinante principal dos custos de produção.

O conceito de custo, proposto por Smith, está relacionado ao fator trabalho, que assume ser o único fator de produção e, portanto, o preço ou custo de um bem depende exclusivamente da quantidade de trabalho necessária para produzir esse bem.

O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste, sempre, na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. (SMITH, 1983, p.35).

Para que o mundo se beneficie da divisão do comércio internacional do trabalho, cada país precisa ter um bem que seja produzido da forma mais eficiente possível, em detrimento do seu parceiro comercial. Assim, uma nação exportará os produtos que possua vantagem absoluta de custo, e importará aqueles em que houver desvantagem absoluta de custo.

Portanto, Smith (1988, apud Marinho, 2011), afirma que “um país exporta se ele produz a custos mais baixos que outros, isto é, se ele apresenta Vantagem Absoluta”.

Continua Smith a afirmar, que seria muito melhor se o país A concentrasse seus esforços produzindo o bem X, que ele possui vantagem absoluta e importasse o bem M, enquanto o país B deveria concentrar sua produção no bem M e importar o bem X.

Essa vantagem, na concepção de Smith, faz com que o comércio entre os países melhore a qualidade de vida de ambos.

Com relação as restrições as importações praticadas por taxas alfandegárias ou por proibição da entrada de produtos estrangeiros, Smith compreendia que tais mecanismos poderiam levar a garantia de monopólios do mercado interno para as indústrias locais que produzem essas mercadorias. Esse benefício ao mercado nacional poderia ser um estímulo a indústria beneficiada, canalizando, para ela, capital e mão-de-obra. No entanto, tal monopólio não

necessariamente melhoraria o bem-estar da sociedade, que poderia beneficiar-se de produtos mais baratos se importados de outros países que produzissem a um custo menor. (SMITH 1988, apud Marinho, 2011, p.42).

Smith, tratava tacitamente da questão do protecionismo nacional em relação à entrada de produtos estrangeiros. Havia, porém, uma correlação com o modelo de substituição de importações, que é um processo que leva ao aumento da produção interna de um país e a diminuição de suas importações. “Logo, sendo o protecionismo e o modelo citado anteriormente formas de barreiras a entradas de produtos estrangeiros, o mercado nacional será beneficiado por mecanismos que possam levar a garantia de monopólios do mercado interno para as indústrias locais que produzem essas mercadorias”. (SMITH, 1988, apud Marinho, 2011, p. 42).

O conceito que dará embasamento a defesa do livre comércio, será posteriormente discutida, por David Ricardo.

1.3 DAVID RICARDO

Ricardo³ aperfeiçoou a teoria de Smith, apresentando em seu livro “Princípios de Economia Política e Tributação”, publicado em 1817, que os ganhos do comércio internacional estariam relacionados a teoria das vantagens comparativas, uma objeção feita a teoria das vantagens absolutas de Smith.

Na verdade, a grande preocupação de Ricardo era determinar as leis que regulam a distribuição do produto entre proprietários, capitalistas e trabalhadores, na forma de renda, lucros e salários. Essa distribuição dependerá, sobretudo, da fertilidade do solo, da acumulação de capital, e do crescimento demográfico, bem como “da habilidade, engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura”. Esta seria a principal questão da Economia Política (RICARDO, 1988, p.9).

Para Ricardo (1988), o principal problema, passou a ser a determinação das leis que regulam a distribuição do produto entre as três classes da sociedade. Para o autor, uma característica consiste no objeto de estudos. Transita-se da problemática da riqueza para a da distribuição (e do valor), sendo a primeira constitutiva da economia política.

³ MARINHO, op. cit., p. 43

A riqueza das mercadorias, para Smith, entre os séculos XVII e XVIII foi atribuída para superar as visões metalista e fiscalista de riqueza. Para Ricardo (1988), o termo riqueza, significava simplesmente uma profusão de mercadorias. Valor difere essencialmente de riqueza, porque o valor depende não da abundância, mas da dificuldade ou facilidade de produção.

O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho. (RICARDO, 1988, p. 13).

A teoria das vantagens comparativas de Ricardo⁴, está relacionada ao custo de oportunidade relativa, isto é, quando dois países abdicam de sua produção de determinado bem A, para direcionar sua produção a outro bem B ,por exemplo. Para o autor a vantagem comparativa é oriunda das diferenças de produtividade do fator trabalho para distintos bens.

Segundo Ricardo, os países deveriam especializar-se na produção de bens que apresentassem vantagem comparativa, conseqüentemente, aumentando sua produção interna. Assim, a mercadoria que não fosse vendida no mercado interno de um determinado país, deveria ser exportada. Os outros bens serão adquiridos no mercado internacional por um preço menor daquele do que se produzido internamente.

Ricardo afirmava, ainda, de acordo com Hunt (1987), que um país não precisa apresentar vantagem absoluta na sua produção, qualquer que seja a mercadoria, para que o comércio internacional entre ele e outro país seja mutuamente benéfico. Suas ideias, no entanto, contradizem com o pensamento de Smith. Segundo o autor, dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, desde que, cada um tivesse vantagem relativa na produção.

Vantagem relativa significa, que a razão do trabalho incorporado nas duas mercadorias, diferia em ambos os países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a de outro país, ou vice-versa.

Na concepção de Ricardo (1984, apud Marinho, 2011), o comércio internacional é proporcionado pelas vantagens naturais, entre elas: solo, clima, minério, e artificiais, como capital acumulado, infraestrutura, etc. Essas vantagens determinam menores custos e o comércio internacional pode beneficiar a população oferecendo produtos a preços mais acessíveis no mercado, mesmo estes sendo importados.

⁴ MARINHO, op. cit., p. 43

Dessa forma, o comércio seria benéfico para todos, desde que, os países exportassem os produtos que tivessem maior vantagem comparativa de produção e importassem os produtos que não apresentassem vantagem comparativa de produção.

Conforme Singer (1982), Ricardo não acreditava que os países mais desenvolvidos pudessem ganhar no comércio internacional, em detrimento dos países menos desenvolvidos. Ou seja, de acordo com Ricardo a ingerência do Estado no comércio exterior não era necessária, pois a concorrência permitia que nenhum produto fosse vendido a preços superiores em relação ao preço praticado no mercado. Assim, um país que é mais desenvolvido e seus preços são menores quando comparado a outros países, levarão vantagem importando essa mercadoria, pois não precisarão utilizar uma maior quantidade de mão-de-obra para produzir esse mesmo bem.

Para Ricardo, o comércio entre as nações era regido pela livre concorrência, o Estado não deveria intervir no comércio exterior e o dinheiro metálico deveria fluir livremente pelas fronteiras, como forma de assegurar a estabilidade dos preços internacionais.

Cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho a atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico. Por sua vez, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e intercâmbio. (RICARDO 1982, apud Marinho, 2011, p. 46-47).

Ricardo afirma que:

É o princípio da teoria das vantagens comparativas que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra. (RICARDO 1984, apud Marinho, 2011, p.47).

A quantidade de vinho que Portugal deve dar em troca dos tecidos ingleses não é determinada pelas respectivas quantidades de trabalho dedicado a produção de cada um

desses produtos, como sucederia se ambos fossem fabricados na Inglaterra ou em Portugal. Com esse argumento, Ricardo invalida o princípio da vantagem absoluta de Smith.⁵

Depois de Ricardo, diversas teorias do comércio internacional têm sido propostas, mas a abordagem ricardiana, é imprescindível para o ponto de partida clássico das discussões.

1.4 MICHAEL PORTER

Porter é considerado um importante estrategista da administração, concentrando seus estudos no princípio da competitividade, tendo, dessa forma, contribuído para o aperfeiçoamento da teoria da competitividade do comércio internacional, mesmo não sendo acadêmico da área de economia. Dentre suas importantes obras na área destaca-se o livro “A Vantagem Competitiva das Nações”, editado em 1993.

Porter argumenta que:

A produtividade é o determinante principal, a longo prazo, do padrão de vida de um país, pois é a causa fundamental da renda nacional per capita. A produtividade dos recursos humanos determina seus salários, enquanto a produtividade com que o capital é empregado determina o retorno que obtém para seus donos. A alta produtividade não só sustenta níveis elevados de renda, como permite aos cidadãos a opção de escolher mais lazer em lugar de trabalhar mais horas. Também cria a renda nacional que é tributada para custear os serviços públicos que, por sua vez, melhoram o padrão de vida. A capacidade de serem altamente produtivas também permite as empresas de um país atender aos rigorosos padrões sociais que melhoram o padrão de vida, como na saúde e na segurança, na igualdade de oportunidades e no impacto ambiental.

(PORTER, 1989, p. 6)

Porter comenta que a prosperidade econômica não estava relacionada apenas a competitividade, mas principalmente a produtividade do país. Primeiramente ele menciona a produtividade de um país a nível nacional, sendo esta, um conceito significativo de competitividade. Um padrão de vida elevado faz com que as empresas dependam da capacidade de atingir altos níveis de produtividade, e aumentá-la, com o passar do tempo. O crescimento ininterrupto da produtividade majora as chances da economia melhorar.

⁵ MARINHO, op. cit., p. 47

As empresas do país devem elevar a produtividade das indústrias existentes, aprimorando sua tecnologia, melhorando a qualidade do produto, aumentando a eficiência da produção, entre outros.

Para Porter, a competitividade internacional é imprescindível, pois:

Se não houvesse competição internacional, o nível de produtividade alcançável pela economia de um país independeria, em grande parte, daquilo que ocorre em outras nações. O comércio internacional e o investimento estrangeiro, porém, proporcionam tanto a oportunidade de elevar o nível de produtividade nacional como ameaçam seu aumento e, até mesmo, sua manutenção. O comércio internacional permite ao país aumentar sua produtividade, eliminando a necessidade de produzir todos os bens e serviços dentro do próprio país. Com isso, a nação pode especializar-se nas indústrias e segmentos nos quais suas empresas são relativamente mais produtivas e importar os produtos e serviços em relação aos quais suas empresas são menos produtivas do que as rivais estrangeiras, aumentando dessa forma a produtividade média da economia. As importações, portanto, bem como as exportações são parte integrante do crescimento da produtividade. (PORTER, 1989, p. 7).

Conforme descrito acima, para haver aumento do nível de produtividade, é indispensável que o país seja competitivo em sua produção de bens e serviços. Para tanto, a nação deve especializar-se na produção de bens que lhe configure maior competitividade, ou seja, especializar-se nas indústrias e empresas que são mais produtivas. Por outro lado, a nação deve importar produtos e serviços nos quais não possua vantagens competitivas nas indústrias ou até mesmo nas empresas, onde sua produção tende a ser menor do que as rivais estrangeiras. Em decorrência das importações e exportações, o país aumenta a produtividade média da economia.

Segundo Porter (1989), nenhum país consegue competir em todos, e, nem mesmo na maioria dos setores. Os países que obtêm êxito são aqueles que possuem características como: inovação, progresso, dinamismo, entre outros.

Para realizar o sucesso competitivo, as firmas do país precisam ter uma vantagem competitiva na forma, seja de menores custos ou de produtos diferenciados que obtêm preços elevados. Para manter a vantagem, as empresas precisam conseguir uma vantagem competitiva mais sofisticada com o tempo, oferecendo produtos e serviços de melhor qualidade ou produzindo com mais eficiência. Isso se traduz diretamente em crescimento da produtividade. (PORTER, 1989, p. 10).

Porter (1989) afirma que a vantagem competitiva é imprescindível para o comércio internacional, a primeira é advinda da melhoria, inovação em métodos e alto nível tecnológico e são as empresas e não as nações que competem no mercado internacional.

Quanto ao papel do governo ele é categórico em afirmar que ações educacionais, políticas de desenvolvimento e planejamento, inovação tecnológica são favoráveis. Em contrapartida, o protecionismo e políticas antitrustes podem prejudicar a competitividade.

As políticas governamentais aceitas por Porter são aquelas que proporcionam ambiente em que as empresas são capazes de ganhar vantagem competitiva, como encorajar mudanças, promover inovação, evitar intervenções nos mercados de fatores, aplicar normas rigorosas sobre segurança e sustentação ambiental e adotar políticas de defesa da concorrência, entre outros. (PORTER 1989, apud Marinho, 2011, p.81).

Em síntese, a base do comércio internacional está relacionada às teorias clássicas e modernas apresentadas, principalmente no que diz respeito à capacidade competitiva, apresentada pelas vantagens seja absolutas, comparativas, competitivas mencionadas.

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Souza (1999) trata a questão da expansão das exportações nos países desenvolvidos como um fator relevante do seu crescimento econômico. As inovações tecnológicas são mencionadas por Souza (1999) como redutoras de custos e geradoras de novos produtos, fazendo com que haja expansão da oferta de bens através das vantagens comparativas, ou seja, na abertura de novos mercados em outros países. A combinação dos fatores de oferta e demanda contribuiu para a expansão do mercado interno e do desenvolvimento econômico.

De acordo com Souza (1999), países como o Brasil e o México foram industrializados devido ao modelo de substituição de importações. Por outro lado, esses países deixaram de exportar quantidades significativas de produtos, prescindindo um crescimento mais rápido da economia, uma vez que nem todos os produtos de exportação primários tiveram seus preços deteriorados secularmente.

Souza (1999) menciona duas estratégias de crescimento econômico. A primeira, voltada para o mercado externo, baseia-se na expansão das exportações, segundo as vantagens comparativas do país, e na substituição seletiva de importações, com a economia relativamente aberta ao exterior. A segunda, por sua vez, toma por base o processo de substituição de importações, com a economia fechada, onde o crescimento econômico ocorre com base no mercado interno e as exportações crescem marginalmente.

Segundo Souza (1999), esta última estratégia foi adotada por países latino-americanos, levando-os a um crescimento industrial relativamente rápido até início dos anos de 1960. No entanto, enquanto as necessidades de importações crescem rapidamente, as exportações agrícolas não majoram na mesma velocidade. Observa-se nesse período, a necessidade dos países em desenvolvimento tentar expandir suas exportações de produtos manufaturados.

2.1 EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES

Souza (1999) afirma que o crescimento econômico acelerado de uma determinada nação, ocorre via expansão das exportações, principalmente de produtos manufaturados. Para tanto, isto é algo difícil de realizar-se, quando o país exportador é muito protecionista, uma vez que o comércio internacional é uma “via de duas mãos”.

Além disso, o crescimento da renda nacional leva ao aumento das importações de bens de consumo, assim como as interdependências entre as exportações e a renda interna também

incrementam a demanda de bens importados: o crescimento voltado as exportações leva a abertura comercial (SOUZA, 1999, p. 353).

No entanto, as interdependências existentes entre os setores de mercado interno, as exportações, as importações de bens de consumo, insumos industriais e bens de capital concilia os interesses entre o crescimento dos diversos países⁶. Com a globalização da economia mundial, os países desenvolvidos utilizam em sua produção mão-de-obra mais especializada, capital e tecnologia mais intensivos, enquanto os países menos desenvolvidos fazem uso de uma tecnologia mais simples e de trabalho mais intensivo (sistema que acumula trabalho e capital em terreno relativamente limitado).⁷

Souza (1999) ressalta a discriminação dos países subdesenvolvidos contra as exportações. Como na maioria desses países, a agricultura constitui a base exportadora, a discriminação contra a exportação equivale a discriminação contra a agricultura. Nos países voltados para o mercado externo, tanto a agricultura como a indústria recebem os mesmos incentivos. Isto ocorre pelo fato de os países menos desenvolvidos exportarem produtos de baixo valor agregado (produtos primários, ou seja, produtos agrícolas) e importam produtos de alta tecnologia (automóveis, por exemplo).

A abertura as exportações cria economias de escala, maximiza o emprego e promove maior competição interna. Como consequência, a produtividade da economia tende a aumentar, melhorando o nível de renda dos diferentes grupos sociais (SOUZA, 1999, p. 354).

Isto significa dizer que uma maior abertura comercial favorece a competição, permite a especialização, o surgimento de economias de escala e simultaneamente, pelo fato de haver muita concorrência, impõe um conjunto de restrições, obrigando a uma severa disciplina na condução da política econômica.

Segundo Souza (1999), as trocas realizadas entre bens, serviços, capitais, tecnologias e informações aumentam a concorrência e expõem a indústria interna a um alto grau de competitividade e eficiência quando comparada às economias concorrentes. Logo, as empresas precisam estar atentas as ações dos concorrentes, fazendo com que suas políticas de preços e de produção sofram constantes mudanças. O autor destaca também a intervenção de

⁶ O aumento das importações de uma região j, em função da expansão resultante da renda das regiões exportadoras, acaba afetando, em um segundo momento, a renda da própria região j.

⁷ SOUZA, Nali de Jesus de. Economia: desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1999. p. 353-354

políticas governamentais. Essa interdependência é conhecida como círculo virtuoso do desenvolvimento, o qual, por sua vez, Souza (1999) define como:

Uma economia voltada as exportações obriga-se a adotar um conjunto de políticas coerentes, continuamente revisadas, para dar ao país as condições de enfrentar a concorrência externa e manter suas exportações em crescimento (SOUZA, 1999, p. 354).

Isto pode ser explicado, pelo fato de os custos das intervenções governamentais serem proporcionais ao crescimento, ou seja, os custos das intervenções governamentais aumentam de acordo com o crescimento, o que permite novos ganhos com a estratégia de certo grau de abertura comercial.⁸

Souza (1999) estabelece como pré-requisitos para o crescimento investimentos em educação, saúde, transportes, pesquisa agrícola e extensão rural. Estes investimentos considerados como base, tornam possível que algumas restrições as importações sejam coerentes com o crescimento ininterrupto de um conjunto de produtos industriais, principalmente para exportação. Por conseguinte, o próprio crescimento diversifica a estrutura industrial. Para Souza (2005), “o crescimento da indústria faz com que a empresa possa diversificar-se para suprir algumas demandas insatisfeitas, ou para criar novos mercados que precisam ser dinamizados por novas tecnologias ou adaptação daquelas já existentes, e de fácil aplicação”.

Além disso, Souza (1999) aborda a relevância de uma pauta exportadora dinâmica e diversificada, pois esta fomenta o crescimento de diferentes países e regiões, não apenas porque elas constituem parte do produto total, mas porque exercem efeitos multiplicadores sobre o crescimento do mercado interno. Como argumenta Souza (1999, apud SILVA, 2009a), “a ideia é que o crescimento das exportações (atividade básica) gera um efeito multiplicador e de aceleração no setor de mercado interno, não exportador, através do efeito-renda e dos efeitos de encadeamentos para trás e para frente no processo produtivo, criando demanda por serviços, como transportes, comunicações e financiamentos”.

Rippel (1995) considera que os efeitos de encadeamento ocorrem na natureza dos produtos e serviços, gerando um efeito dinâmico sobre a economia de certas regiões, o que contribui para a implantação e consolidação de novas atividades simultaneamente a um processo de acumulação de capital mais amplo, através de novos investimentos e da busca de mercados consumidores potenciais ou consolidados.

⁸ SOUZA, op. cit., p.354.

2.2 SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Souza (1999) comenta que o processo de substituição de importações⁹ está relacionado a industrialização do país decorrente da especialização produtiva ao longo do tempo. No entanto, pelo fato da divisão internacional do trabalho¹⁰ estabelecer correlação com as vantagens comparativas entre países, isto leva ao crescimento industrial através do progresso técnico, o qual, por seu turno, induz inovações tecnológicas posteriores. Vantagens comparativas dinâmicas constituem um processo mais abrangente, levando ao aperfeiçoamento da produção e conseqüentemente a redução de custos. Segundo Bruton (1989) vantagens comparativas dinâmicas constituem um princípio mais amplo e baseiam-se na redução de custos no tempo. Novos produtos podem tornar-se competitivos, devido a um processo de aprendizagem (*learning-by-doing*), que leva ao aperfeiçoamento da produção e à redução de custos. Novas vantagens comparativas podem resultar de retornos crescentes à escala, em virtude da produção para mercados mais amplos: o progresso técnico estimula o crescimento econômico, o qual, por seu turno, induz a inovações tecnológicas posteriores.

A teoria do processo de substituição de importações refere-se a teoria das vantagens comparativas, e admite que em um contexto dinâmico, indústrias com elevados custos médios, no curto prazo, podem tornar-se atividades mais eficientes no longo prazo, como menciona o autor. Ou seja, é imprescindível que os países subdesenvolvidos protejam sua indústria nascente, fomentando a implantação de novas atividades, mesmo que, apresentem

⁹ A industrialização por substituição de importações (ISI) verifica-se empiricamente quando ocorre crescimento da produção industrial com expansão da demanda interna, simultaneamente a uma redução do coeficiente de importações da indústria (participação relativa das importações no produto industrial). De um modo geral, a SI contribuiu positivamente para dinamizar o crescimento da produção interna, principalmente nas fases iniciais da industrialização. No caso do Brasil, foi particularmente importante entre o início da década de 1930 e fim da década de 1970. SUZIGAN, Wilson. Substituição de Importações. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/economia/industri/substimp/apresent.htm>>. Acesso em 10 sep. 2013.

¹⁰ Recebe o nome de Divisão internacional de Trabalho (DIT), a prática de repartir as atividades e serviços entre os inúmeros países do mundo. Trata-se de uma divisão produtiva em âmbito internacional, onde os países emergentes ou em desenvolvimento, exportadores de matéria-prima, com mão-de-obra barata e de industrialização quase sempre tardia, oferecem aos países industrializados, economicamente mais fortes, um leque de benefícios e incentivos para a instalação de indústrias, tais como a isenção parcial ou total de impostos, mão-de-obra abundante, leis ambientais frágeis, entre outras facilidades. SANTIAGO, Emerson. Divisão Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/trabalho/divisao-internacional-do-trabalho/>>. Acesso em 10 sep. 2013.

custos médios elevados inicialmente, quando comparados aos produtos similares que poderiam ser importados.¹¹

Do lado dos aperfeiçoamentos institucionais, o aumento da produtividade agrícola, através de reformas e de incentivos ao uso de novas técnicas, torna-se vital para gerar rendas transferíveis para o setor urbano-industrial e estimular seu crescimento. O excedente proveniente da agricultura joga um papel crucial no financiamento da industrialização (SOUZA, 1999, p. 362).

Ou seja, as divisas resultantes de superávits da balança comercial, podem ser utilizadas na aquisição ou até mesmo importação de bens de capital e produtos intermediários para a indústria. Por outro lado, a deterioração dos termos de troca¹², agravada pela especialização da base exportadora, reduz e até mesmo bloqueiam o financiamento da industrialização, mas um país com uma agricultura pouco dinâmica terá dificuldades para se industrializar.

De acordo com Souza (1999) o objetivo do processo de substituição de importação é manter estável o balanço de pagamentos. Reduzem-se as importações através de quotas, licenciamentos, elevação de tarifas e restrições e política cambial.

No longo prazo, cada setor poderá produzir para exportação, com liberalização gradativa de importações. Isso ocorre com a maturidade da indústria. A abertura da economia, nesse setor, aumenta a concorrência, a disponibilidade de bens e o bem-estar da sociedade. Antes da maturidade, uma abertura precoce pode tornar-se prejudicial ao processo de aprendizagem e ao crescimento da produtividade. Muitas firmas podem fechar suas portas, aumentando o desemprego (SOUZA, 1999, pg. 363).

A substituição de importações apresenta-se como um meio para estimular o crescimento e a aquisição tecnológica. Quanto maior for a base industrial e a diversificação, maior será a especialização produtiva concomitantemente com as vantagens comparativas,

¹¹ SOUZA, op. cit., p.361

¹² O termo empregado por Prebisch sintetiza a teoria do subdesenvolvimento elaborada no seu período na CEPAL, e bem aceita pelos países da América Latina, que tem como objetivo demonstrar os problemas enfrentados pelos países subdesenvolvidos em face de sua industrialização tardia. Dissertando sobre a condição da dependência econômica gerada pela relação de troca entre países, onde geralmente a maioria das nações marginais não possui a condição de incrementar as matérias primas obtidas em seu território, tal definição sintetiza de modo eficaz o esforço quase vão dos países pobres em vencer a desigualdade estabelecida no mercado mundial ante a desvalorização abismal de seus termos de troca, perpetuando assim uma situação de dependência econômica e subordinação às políticas dos países ricos. SANTIAGO, Emerson. Deterioração dos termos de troca. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/deterioracao-dos-termos-de-troca/>>. Acesso em: 01 jul.2013.

proporcionando aumento da base exportadora. Nesse sentido, a substituição de importações é indispensável quando a economia se encontrar nos estágios iniciais de industrialização.¹³

Souza (1999) trata a respeito do protecionismo, o qual, por sua vez, pode apresentar-se de diversas maneiras, entre elas: proibições de importar determinado produto ou restrições quantitativas, restrições ao investimento estrangeiro, restrições a saída de turistas nacionais e de trabalhadores especializados, estabelecimento de taxa de câmbio favorável a proteção e por fim, implantação de tarifas alfandegárias e elevadas para produtos concorrentes.

O protecionismo, por sua vez, afirma Souza (1999), gera certo grau de monopólio, fazendo com que a capacidade de investimento em pesquisa de novos produtos e processos seja maior. A produção de novos bens ou produtos mais aperfeiçoados leva a especialização tecnológica. Por outro lado, os países subdesenvolvidos, que importam bens de capital (máquinas, equipamentos e instalações), eliminam relevante fonte de aprendizagem tecnológica. Outrossim, os países em desenvolvimento precisam investir na produção de bens de capital, pois é indispensável equiparar seus trabalhadores para aumentar a produtividade do trabalho. No Brasil, por exemplo, houve intenso processo de aprendizagem com a substituição de importações na década de 1960, fazendo o país desenvolver uma certa base tecnológica própria (HIRSCHMAN apud SOUZA, 1999, p. 363).

Souza (1999) faz críticas ao modelo de substituição de importações, entre elas:

O modelo não considera, portanto, a importante questão das relações de insumo-produto entre os setores produtivos. O aumento dos custos altera os preços relativos, influenciando a estrutura tecnológica. Além disso, a substituição de importações leva a proteção da indústria em detrimento da agricultura (viés urbano), prejudicando as exportações ainda mais. A redução da oferta interna de bens de consumo dá margem ao aumento da taxa de inflação. As necessidades de importação de bens de consumo intermediário para a indústria e bens de capital exaltam ainda mais esse efeito (SOUZA, 1999, pg. 364).

A crítica feita por Souza (1999) ao modelo de substituição de importações refere-se ao fato de que a proteção a indústria nacional gera ineficiências no sistema econômico, ao viabilizar projetos com altos custos médios e baixa taxa de retorno. Não somente o preço dos insumos industriais aumenta como também o preço dos importados, majorando os custos médios das firmas que os utilizam, sejam exportadoras ou até mesmo do mercado interno.

¹³ SOUZA, op. cit., p.363

Isso afeta diretamente o desenvolvimento de todas as indústrias inter-relacionadas tecnologicamente, ao longo da cadeia produtiva¹⁴.

Há muitas críticas no que diz respeito ao processo de substituição de importações, referindo-se prioritariamente a descoordenação da política econômica. Para Souza (1999), as restrições comerciais nada mais são do que respostas de curto prazo a problemas no balanço de pagamentos e também a políticas fiscais e monetárias restritivas, advindas do combate a inflação. As reduções do nível de atividade resultariam de políticas de estabilização de curto prazo e não do funcionamento do modelo de substituição de importações.

2.3 A BALANÇA COMERCIAL

Segundo Brum (2000) a balança comercial está relacionada a entrada e saída de dinheiro oriundo da exportação ou da importação de mercadorias. Na maioria dos anos, a balança comercial brasileira tem sido superavitária. Isto significa que as exportações foram maiores que as importações. No entanto, apresentou déficits expressivos durante a década de 1970, período em que ocorreu os dois choques do petróleo. Em contrapartida, a balança comercial mostrou-se superavitária no período mais traumático da crise da dívida externa (1983 a 1994), para cumprir a função de gerar divisas para pagar amortizações e juros. A partir de 1995, voltou a apresentar déficits, pelo fato das importações terem aumentado em decorrência do incremento do consumo interno, devido a estabilização da moeda com a implantação do Plano Real.

As exportações, por sua vez, tiveram uma fraca majoração, após a implantação do Plano Real. As razões são várias, entre elas: com o aumento do consumo interno, sobraram menos produtos para exportar; a sobrevalorização do real em relação ao dólar trouxe desvantagens e prejuízos aos exportadores, a perda de competitividade no mercado mundial, decorrente do atraso da nossa estrutura produtiva, em vários setores; o chamado “custo Brasil” (excesso de burocracia, impostos sobre a exportação, taxas de juros muito elevadas, transporte precário e caro, custos de embarque elevados nos portos). (COSTA, apud BRUM, 2000, p. 506-507).

¹⁴ Conjunto de diversos segmentos de produção e serviços (indústria de insumos, produtores, indústrias processadoras, distribuidores etc) que se inter-relacionam e interagem no ambiente institucional no qual se inserem. INFOMONEY Glossário Financeiro. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/aprenda/glossario/c>>. Acesso em 09 sep. 2013.

Apesar dos avanços da abertura na década de 1990, o Brasil se caracteriza, ainda, de acordo com o referido estudo (CEAL)¹⁵, como um país de economia fechada, em processo inicial de liberalização. Tem uma participação pouco expressiva no processo de globalização e de integração mundial, caracterizado por alto grau de intercâmbio de mercadorias e serviços, de fluxos de capitais e de transferência de ideias e de tecnologia. (BRUM, 2000, pg. 508).

Segundo Brum (2000) o atraso brasileiro no processo de abertura econômica pode ser explicado por várias razões, entre elas: o atraso da entrada do Brasil no processo de abertura, a intervenção estatal na economia, a delonga do Legislativo brasileiro para aprovar os instrumentos legais necessários; o “custo Brasil” e os elevados encargos sociais, superiores do que os de qualquer outro país do continente.

A tabela abaixo diz respeito a um estudo realizado por um instituto europeu, que classifica os 46 países com maior participação no comércio mundial, segundo o grau de abertura comercial, levando em conta as tarifas e as barreiras não-tarifárias impostas as importações.

De acordo com o estudo, o Brasil situa-se abaixo da média. Além disso, revela o exacerbado protecionismo do Japão e da China.

¹⁵ Conselho de Empresários da América Latina. O CEAL nasceu em 19 de fevereiro de 1989, como resposta às tendências de globalização da economia mundial e de desenvolvimento de uma nova estrutura de blocos político-econômicos. Em 2013, CEAL reúne mais de 500 líderes empresariais, agrupados em torno a dezenove Capítulos Nacionais: Argentina; Bolívia; Brasil; Centroamérica (Costa Rica e República Dominicana); Chile; Colômbia; Equador; El Salvador; EUA; Guatemala; Honduras; Ibérico; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; Uruguai e Venezuela. CEAL. Conselho Empresarial da América Latina. Disponível em: <<http://www.ceal.co/br/ceal>>. Acesso em 09 sep. 2013.

Tabela 1- Grau de Abertura Comercial de 46 Países com maior Participação no Comércio Mundial-1996 (Variação de Zero a 10)*

PAÍS	GRAU DE ABERTURA	PAÍS	GRAU DE ABERTURA
Chile	8,67	Argentina	6,88
Dinamarca	8,55	República Checa	6,80
Hong Kong	8,46	Inglaterra	6,79
Irlanda	8,20	Canadá	6,63
Suécia	8,00	Israel	6,44
México	7,90	Estados Unidos	6,29
Nova Zelândia	7,87	França	6,26
Finlândia	7,74	Malásia	6,26
Holanda	7,72	Taiwan (Formosa)	6,03
Hungria	7,65	Tailândia	5,95
Luxemburgo	7,64	Filipinas	5,53
Portugal	7,51	Brasil	5,40
Áustria	7,50	Indonésia	5,35
Noruega	7,49	África do Sul	5,11
Austrália	7,41	Suíça	5,10
Turquia	7,33	Coreia(do Sul)	5,07
Cingapura	7,31	Índia	4,98
Alemanha	7,3	Islândia	4,82
Bélgica	7,19	Venezuela	4,75
Colômbia	7,02	Rússia	4,56
Itália	7,00	Polônia	4,48
Espanha	6,95	China	3,79
Grécia	6,94	Japão	3,52

Fonte: elaborado e adaptado pela autora de acordo com dados do International Institute for Management Development- IMD

*O cálculo sobre abertura comercial considera as tarifas e as barreiras não tarifárias impostas às importações.

Para Brum (2000) essa situação, sob a ótica do governo é preocupante, pois pode inibir os investimentos externos. A incumbência do governo é o difícil controle do combate à inflação simultaneamente ao fomento dos investimentos produtivos, ao crescimento

econômico e a geração de empregos e renda, bem como a compatibilidade do processo de abertura econômica com o de modernização das empresas brasileiras, para que não ocorra a eliminação de alguns setores.

Tabela 2- Evolução da Balança Comercial do Brasil, com destaque dos principais itens-1990-1998-Em bilhões de dólares

Ano	Exportação			Importação				Saldo
	Básicos	Manufaturados	Total	Petróleo bruto	Máquinas equipamentos	Outros	Total	
1990	8,7	17,0	31,4	4,3	5,9	10,4	20,6	10,7
1991	8,7	17,7	31,6	3,4	5,9	11,7	21	10,6
1992	8,8	21,4	35,8	3,1	6,2	11,3	20,5	15,2
1993	9,4	23,5	38,6	2,1	8,6	15,5	25,3	13,3
1994	11,1	25,0	43,5	2,3	12,6	18,2	33,1	10,5
1995	11,0	25,6	46,5	2,6	19,7	27,3	49,9	-3,4
1996	12,2	26,4	47,7	3,5	20,2	29,6	53,3	-5,5
1997	14,5	29,2	53,0	3,2	26,2	31,9	61,3	-8,3
1998	13,0	29,4	51,1	N.D	N.D	N.D	57,5	6,4

Obs.: N.D é não disponível.

Fonte: elaborado e adaptado pela autora a partir dos dados da Fundação Getúlio Vargas.

Na tabela acima, observa-se que após a implantação do Plano Real e com a maior abertura da economia brasileira, ocorreu um aumento significativo das importações. Em apenas três anos, de 1993 a 1996, enquanto as exportações apresentaram crescimento modesto (24%), as importações aumentaram 111%, passando de US\$25,3 bilhões para US\$ 53,3 bilhões. Segundo Brum (2000), a balança comercial Brasil-Estados Unidos, sempre foi favorável. Mas, a partir de 1995, a balança passou a apresentar saldos anuais desfavoráveis para o Brasil no comércio entre os dois países. Os bens de capital tiveram um incremento de cerca de duas vezes e meia, passando de US\$ 8,6 bilhões para mais de US\$ 20 bilhões, entre 1993 e 1996 conforma a tabela acima, o que favoreceu a aceleração da modernização das empresas instaladas no país.

O país precisa aumentar suas exportações, diversificar mais a sua pauta, ampliar o número de empresas exportadoras, administrar adequadamente a taxa de câmbio, reduzir o “custo Brasil” e capacitar-se a exportar maior volume de produtos de alto

valor agregado, como eletroeletrônicos e bens de capital, por exemplo, além de automóveis e eletrodomésticos (BRUM, 2000, pg.513).

A partir da implantação do Plano Real o governo teve consciência que as importações aumentariam com velocidade superior as exportações, devido a sobrevalorização do real perante o dólar. A partir de então, espera que se tornem mais expressivos os investimentos no setor produtivo, na modernização das empresas e no reaparelhamento da infraestrutura. É esperado simultaneamente que aumente a capacidade exportadora, o que permitiria ao país retornar ao equilíbrio da Balança Comercial.

Para Brum (2000) o governo atua no sentido de fomentar as exportações e conter as importações, para afastar o risco de descontrole na Balança Comercial.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

3.1 DEPENDÊNCIA EXTERNA- PRIMÓRDIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Brum (2000) afirma que não somente o Brasil, como outras nações subdesenvolvidas, desde a colonização, foi fortemente marcado pela dependência externa. Isto fez com que os países menos desenvolvidos atendessem aos interesses dos países desenvolvidos. O autor explica a referida dependência externa brasileira da seguinte forma:

No decorrer de mais de quatrocentos anos a economia brasileira funcionou predominantemente como reflexo dos interesses externos, reagindo aos estímulos vindos de fora. Essa orientação para o exterior conduziu a implantação da monocultura, com produção e exportação centradas no produto de maior rentabilidade em certo momento histórico. Essa dependência se reflete claramente nos ciclos econômicos que caracterizaram esse longo período. (BRUM, 2000, p. 131).

Desde o início da colonização, as atividades econômicas brasileiras eram voltadas para a exportação. Na verdade, não existia um mercado interno, pois a orientação econômica advinha da metrópole e dos interesses dominantes do mercantilismo. A maioria da população, composta por índios, brancos pobres, mestiços, negros vivia subordinada aos interesses da classe dominante. Por outro lado, existia a classe dos senhores, esta com privilégios e regalias devido ao elevado poder aquisitivo e padrões de consumo mais elevados. Além da produção do próprio latifúndio, consumia produtos importados. Segundo Brum (2000), isso pode ser explicado pelo fato de o colonialismo e o mercantilismo estarem voltados para o comércio exterior, para a exportação da produção mais rentável em determinada conjuntura. A exportação, na época, constituía a base da renda da Colônia, sendo que a beneficiária era a Metrópole. Mesmo após a Independência, no início do século XIX, a orientação da economia esteve voltada para o exterior, e a exportação continuou a ser a base da renda nacional.

A tabela abaixo mostra a participação em porcentagens sobre o total da exportação brasileira dos principais produtos cíclicos em alguns decênios típicos do período 1820-1930.

Tabela 3- Participação Percentual no Total da Exportação Brasileira dos Principais Produtos Cíclicos em alguns Decênios Típicos no Período 1820-1930

Decênio	Café	Algodão	Cacau	Borracha	Açúcar
1821-1830	18,60%	19,90%	0,40%	0,10%	32,20%
1861-1870	45,20%	18,30%	0,90%	3,10%	12%
1891-1900	63,80%	2,40%	1,50%	15,80%	5,60%
1901-1910	51,40%	2,10%	2,80%	27,90%	1,20%
1921-1930	69,50%	2,40%	3,10%	2,50%	1,40%

Fonte: elaborado e adaptado pela autora a partir dos dados de BUESCU, Mirea & TAPAJÓS, Vicente. História do Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, A Casa do Livro, 1958, p. 24-5.

Na tabela acima observa-se que os três ciclos que marcaram a economia brasileira foram: açúcar, algodão e café, respectivamente. No decênio de 1861-1870 o café passa a ser o produto hegemônico, verificando-se o acentuado declínio do algodão e do açúcar nas nossas exportações. O ciclo da borracha, por sua vez, teve curta duração. E percebe-se a reduzida participação do cacau, um ciclo regional localizado ao sul da Bahia.

Brum (2000) retrata a tímida evolução do processo embrionário da atividade industrial em meados do século XIX. Mas só na segunda década do século XX e principalmente após 1930 a atividade industrial passou a decolar efetiva e continuada. Com o desenvolvimento da atividade industrial no país, proporcionando um maior desenvolvimento econômico, os ciclos econômicos tradicionais passaram a ocupar uma posição secundária.

O fato de a nossa economia ter evoluído através de ciclos econômicos sucessivos, as vezes superpostos, revela uma realidade profunda do processo econômico brasileiro. Desenvolveu-se ele nas condições de economia incipiente, colonial, dependente, mercantilista, mesmo quando, a partir do século XIX, o mercantilismo foi superado no mundo. Tratava-se de uma economia primária, voltada ao atendimento da demanda externa e comandada de fora, ao sabor dos interesses alienígenas. Internamente, atendia aos interesses do latifúndio, do comércio exportador e importador e dos traficantes de escravos, cuja aliança dominou a sociedade, submissa e impotente (BRUM, 2000, p. 140).

O mercado interno praticamente não existia, pois a maioria da população brasileira vivia em condições subumanas, trabalhando em atividades rudimentares, primárias e o montante de salários (o trabalho assalariado foi introduzido no Brasil após a abolição da escravatura, em 1888) que recebiam era destinado a sua sobrevivência. Outrossim, tratava-se de uma economia vulnerável, em que consistia a produção e exportação de produtos não-essenciais (açúcar e o café, principalmente) , o que nos valia o apelido de “ país da sobremesa”. A terra, por sua vez, pertencia a uma minoria, sendo fator de dominação,

exploração e até mesmo exclusão. Predominava o latifúndio¹⁶ concentrando o poder econômico e controlando o poder político em benefício da reduzida e poderosa classe senhorial.¹⁷

Furtado (2004) comenta que a delonga no desenvolvimento do Brasil, deve-se a sua estrutura industrial, pois a mão-de-obra era pouco qualificada e além do mais, predominava os interesses políticos e o domínio do mercado por empresas estrangeiras. Todavia, durante o período da colonização existiam complexos industriais como os engenhos de açúcar e os instrumentos indispensáveis na extração de ouro e prata.

Segundo Furtado (2004), os destinos da colônia pareciam incertos no final do século XVII. Para tanto, os portugueses reconheceram que a única saída seria a descoberta de metais preciosos. Destarte, retrocedia-se a ideologia primitiva de que as terras americanas só se fundamentariam economicamente se chegassem a produzir os ditos metais.

A rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro no início do século XVIII é explicada pela miséria e pobreza que se encontravam a colônia e a Metrópole, completa Furtado (2004). Esforços não faltaram para a ascensão da economia baseada na extração do ouro. O Nordeste, por exemplo, contribuiu com grandes recursos, principalmente sob a mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma imensa corrente migratória para o Brasil.

Até esse momento, sua existência estivera ligada a um negócio que se concretizava num número pequeno de grandes empresas, os engenhos de açúcar, sendo a emigração pouco atrativa para o homem comum de escassas posses. Transferir-se de Portugal para o Brasil só tinha sentido para aquelas pessoas que dispunham de meios para financiar uma empresa de dimensões relativamente grandes. Fora disso, a emigração deveria ser subsidiada e respondia a um propósito não-econômico. Na região açucareira, os imigrantes regulares limitavam-se a artesãos e trabalhadores especializados que vinham diretamente para trabalhar nos engenhos (FURTADO, 2004, p. 79-80).

De acordo com Furtado (2004) a expansão do ciclo migratório europeu para a colônia foi possível com o advento da economia mineira brasileira. Esta economia, por sua vez, oferecia oportunidade ou até mesmo possibilidade a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas, diferentemente do que ocorria no Peru e no México. Era explorado o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios.

¹⁶ Propriedade rural de grande extensão, especialmente a que tem grande proporção de terras não cultivadas.

¹⁷ BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 21 ed.. Petrópolis: Vozes, 2000. p.140.

Furtado (2004) retrata as diferenças existentes entre a economia açucareira e a economia mineira. Para ele, embora a base da economia mineira seja também o trabalho escravo, a diferença está na sua organização geral. Os escravos não chegam a constituir a maioria da população. Destarte a forma como o trabalho é organizado, permite aos escravos tomarem iniciativas próprias e estar inserido num ambiente social mais complexo. Muitos escravos trabalham por conta própria, pagando mensalmente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade.

Na economia açucareira no que diz respeito ao ambiente em que circula o homem livre nascido na colônia ou na Metrópole, as diferenças são maiores, completa Furtado (2004). Com exceção da classe reduzida de senhores de engenho ou grandes proprietários de terra, nenhum homem livre conseguia alcançar uma expressão social notável ou até mesmo ser bem-sucedido. Devido a estagnação da economia açucareira, as possibilidades de um homem livre para elevar-se socialmente caíram drasticamente. Em consequência, houve uma majoração da subclasse dos homens livres sem possibilidade de ascensão social, a qual por sua vez, chegou a constituir um problema.

O século XVIII foi marcado pelo renascimento agrícola. Lacerda (2000) destaca a agricultura como a principal fonte de recursos da colônia. É importante ressaltar que no século anterior (XVII), o destaque na história da colônia era concedido a mineração em detrimento das demais atividades. Com o advento da Revolução industrial, o Brasil passou a ser um dos principais fornecedores de matérias-primas para as indústrias europeias, pelo fato de fazer parte das reservas de terras virgens da América. Merece destaque nesse período a produção de algodão para a indústria têxtil. Concomitantemente com o algodão voltou-se a o cultivo da cana-de-açúcar, contribuindo para as exportações brasileiras. “Após um centenário de decadência, as antigas regiões produtoras renasceram. A região paulista também participou dessa nova fase, começando a demarcar sua futura posição na economia nacional”, segundo afirma Lacerda (2000, p. 22).

No período citado, houve a produção do anil, portanto esta foi infrutífera, devido a liderança exercida pela Índia. O cacau, por sua vez, contribuiu favoravelmente para a economia brasileira.

O café chegou ao Brasil na primeira metade do século XVIII, conforme afirma Lacerda (2000), adaptando-se perfeitamente ao nosso solo e sendo plantado e consumido como bebida no país. Este, no entanto, teve grande repercussão na economia brasileira após a Independência. Durou mais de um século, e continuou a ocupar o principal produto na pauta de exportações brasileiras. Na segunda metade do século XIX, simultaneamente com o ciclo

do ouro e do retorno agrícola com o cultivo da cana-de-açúcar, o Centro-Sul passou a ocupar a liderança. Por outro lado, houve o declínio das regiões Norte e Nordeste. Já as regiões Sul e Sudeste tiveram ascensão na época do Brasil politicamente independente.

3.2 A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Brum (2000) afirma que a Revolução Industrial provocou transformações na Europa, sendo elas: políticas, culturais, sociais e econômicas. Nesse período a indústria passou a ser a atividade mais lucrativa, exercendo a supremacia do processo de acumulação de capital. Ainda, segundo o autor, o avanço das ideias liberais pôs fim aos regimes monárquicos absolutos, e a burguesia, como classe hegemônica, substituiu a nobreza no poder e por fim, o monopólio estatal mercantilista¹⁸ foi substituído pelo liberalismo econômico¹⁹.

No Brasil, romanticamente, tentou transplantar as ideias políticas liberais mais avançadas, que expressavam a ideologia da burguesia em ascensão na Europa, mas conservaram-se as estruturas coloniais: latifúndio, monocultura, escravidão, patriarcalismo, produção primária voltada a exportação etc. No Brasil, ao contrário, a Revolução Industrial ainda não havia chegado. Não havia indústria e, portanto, nem burguesia nem proletariado. As condições eram distintas. E os resultados também o foram (BRUM, 2000, p. 153)

Brum (2000) explica que a forma como ocorreu a emancipação política no Brasil não constituiu uma nação. Isto pode ser explicado pelo fato do Brasil manter os regimes monárquicos e também o regime escravista com a mesma estrutura econômica. A sociedade brasileira ainda era constituída por senhores e escravos, sendo que a grande parcela da

¹⁸ O Mercantilismo é a prática econômica típica da Idade Moderna e é marcado, sobretudo, pela intervenção do Estado na economia. Durante aproximadamente três séculos foi a prática econômica principal adotada pelos países europeus, o que só seria quebrado com o questionamento sobre a interferência do Estado na economia e o conseqüente advento das ideias liberais. Em resumo, o Mercantilismo era o conjunto de ideias econômicas que considerava a riqueza do Estado baseada na quantidade de capital que teriam guardado em seus cofres. JUNIOR, Antonio Gasparetto. Mercantilismo. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/economia/mercantilismo/>>. Acesso em 10 sep. 2013.

¹⁹ A ideia central do liberalismo econômico é a defesa da emancipação de qualquer dogma externo a ela mesma, ou seja, a eliminação de interferências provenientes de qualquer meio na economia. Disponível em: < <http://www.brasilecola.com/economia/liberalismo-economico.htm>>. Acesso em 10 sep. 2013.

população composta por mestiços e brancos pobres, não tinham perspectiva alguma de ascensão social, a classe média era incipiente²⁰.

Pelo fato da autonomia política não ter sido suficiente para superar a situação colonial brasileira, Brum (2000) deixa claro que o Brasil continuou sendo um país dependente dos países europeus. Até mesmo durante o Império (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930) o Brasil passou a desempenhar uma função econômica complementar, ou seja, exportava produtos primários (baixo valor agregado) e importava produtos manufaturados.

Devido as transformações ocorridas durante a Revolução Industrial, é imprescindível mencionar a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Prado Junior (2008), refere-se a inserção do trabalho assalariado da seguinte maneira:

Nessa fase que ora se inicia (final do século XIX e início do século XX), a imigração no Brasil tomará novo rumo. Abandona-se o sistema de parceria adotado anteriormente, e os trabalhadores serão fixados nas fazendas como simples assalariados; isto é, a sua remuneração deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários (PRADO JUNIOR, 2008, p. 189).

Com o advento do trabalho assalariado, a produtividade e o consumo tendem a aumentar. Isso é explicado, no primeiro caso, pelo fato do trabalhador sentir-se motivado a produzir mais (sentir-se reconhecido), devido a sua remuneração fixa mensal. No que diz respeito ao consumo, os trabalhadores passam a adquirir produtos para a sua sobrevivência (produtos básicos), conseqüentemente, o consumo aumenta.

Prado Junior (2008) comenta a importância da imigração no final do século XIX, para suprir a escassez de trabalhadores, homens livres. A imigração, no entanto, foi a primeira saída encontrada para recuperar os prejuízos do trabalho escravo.

Em conjunto, a “imigração” (no sentido restrito dado a palavra) superará sempre, de muito, a “colonização”. As principais dificuldades que tornaram tão difícil, no primeiro momento, o engajamento de trabalhadores livres nas fazendas, serão vencidas nessa segunda fase mais madura e ativa da imigração europeia... (PRADO JUNIOR, 2008, p. 190).

Segundo Prado Junior (2008) com a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, a presença de trabalhadores livres deixa de ser uma exceção, devido a abolição da escravatura ocorrida em maio de 1888, fazendo com que haja uma dissolução do sistema escravista. O homem livre passou a ser tratado com mais considerações e até mesmo respeito pelos seus

proprietários. Posteriormente haverá uma legislação protetora que intervirá nas condições de vida dos trabalhadores rurais. Os últimos desempenham um papel importante no processo de industrialização, pois passam a serem os consumidores da nova produção, a substituição de importações.

Brum (2000) ressalta a importância dos imigrantes europeus após a Independência, período que vai de 1875 até as primeiras décadas do século XX, provocando mudanças significativas tanto na sociedade como na nossa economia. Aqueles que se instalaram no Sul, como pequenos proprietários rurais, fundaram vários núcleos coloniais e desenvolveram uma policultura variada e a criação de aves e animais domésticos, ou seja, uma economia de subsistência, em que o excedente era destinado ao mercado interno. Conseqüentemente o poder aquisitivo dessa população foi aumentando. Em São Paulo, a situação foi diferente, pois os imigrantes eram atraídos para fornecerem trabalhadores em substituição a mão-de-obra escrava na lavoura cafeeira. Alguns chegaram a ser capitães da indústria no século XX, enquanto outros trabalhavam como operários e tiveram participação ativa no movimento sindical.

Brum (2000) considera que a emancipação política só seria possível, quando deixássemos de ser dependentes financeiramente da cultura europeia. Pois éramos dependentes da cultura europeia não apenas no campo econômico como também no campo cultural. Assim, mostra o autor:

Assim como no plano econômico fomos, durante mais de quatro séculos importadores de produtos acabados, fomos, também, no plano cultural, importadores de ideias prontas e acabadas, pretendendo aplicar aqui, copiando-os servilmente, modelos que davam certo em outros países-criados.... (BRUM, 2000, p. 163).

No campo econômico o Brasil era influenciado pelas ideias inglesas, como finanças, comércio, política, área dos transportes, etc. No campo cultural a influência brasileira dava-se pelas ideias francesas, tais como: letras, artes, filosofia, educação, manifestações artísticas, entre outros. Para mitigar a dependência do Brasil da influência europeia, o governo passou a adotar o método de substituição de importações, com o objetivo de alavancar a economia do país.²¹

²¹ BRUM, op. cit, p.154.

3.3 INÍCIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Lacerda (2000), a crise da década de 1930 provocou mudanças significativas na economia brasileira, entre elas: redução no nível de renda de 25 a 30%, e a majoração dos produtos importados foi da ordem de 33%. Conseqüentemente, a queda das importações foi da ordem de 60%, baixando de 14 para 8% do produto interno bruto (PIB). Logo, parte da procura que antes era importada, passou a ser produzida localmente. Por sua vez, a demanda interna passaria a ter relevância crescente como elemento dinâmico durante a recessão mundial.

Furtado (1980) afirma que o mercado interno é fator preponderante nos anos posteriores a crise. A produção industrial que se destinava quase integralmente ao mercado interno, durante a depressão sofreu uma queda de menos de 10%. A recuperação de 1929 ocorreu em 1933.

A crise do café afugentava os capitais investidos no setor cafeeiro, comenta Lacerda (2000). Parte desses capitais foi absorvida pela agricultura de exportação, inclusive o algodão, mantendo-se os preços constantes durante a Depressão.

Tavares (1975) caracteriza a Grande Depressão como o momento de ruptura com o modelo exportador de bens primários em favor de um desenvolvimento voltado para dentro (mercado interno). Para alavancar a economia do país e fomentar a indústria ainda incipiente, o governo adotou o modelo de substituição de importações (PSI), o qual significa o início da produção interna de um bem antes adquirido no mercado externo, denota também uma mudança qualitativa na pauta de importações brasileiras.

Tavares (1975) menciona a relevância do mercado interno na dinâmica da economia após 1930, mas observa-se também um processo de industrialização ainda incompleto, devido ao fato de que os setores produtores de bens de capital e de bens intermediários eram pouco desenvolvidos no país.

Furtado (1970) e Tavares (1975) associam um choque adverso²² específico (Grande Depressão), sendo responsável pelo desenvolvimento urbano-industrial como determinante do processo de acumulação capitalista no país.

“A velha ordem, comandada pelos interesses do latifúndio exportador, perdia sustentação, enquanto, de outra parte, cresciam as forças que propugnavam pela renovação da vida nacional”, segundo Brum (2000, p. 170).

Brum (2000) explica que a crise mundial de 1929 causada pela bancarrota da bolsa de valores de Nova York, trouxeram mudanças significativas para o Brasil e para o mundo. No Brasil, os reflexos negativos refletiram sobre nosso principal produto de exportação: o café. Isto é explicado pelo fato dos EUA ser o maior comprador de café brasileiro, além de ser também o maior consumidor. O país americano fazia intermediação no comércio mundial e os negócios eram fechados na Bolsa de Nova York. Com os países consumidores em crise e governo adotando políticas de contenção para salvar sua economia (o crédito externo foi suspenso) as exportações de café despencaram e os preços aviltaram-se no mercado internacional. Logo, o café deixou de ser um produto e até mesmo um investimento atrativo.

Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial trouxe condições favoráveis para o Brasil, como mostra Brum (2000):

E a demanda do mercado interno impulsionou um surto próprio de industrialização no país. A indústria mostrava-se uma atividade econômica promissora. Como a exportação também estava dificultada, operou-se relativa transferência de recursos financeiros, do setor agroexportador para o setor urbano-industrial (BRUM, 2000, p. 174).

A crise do café corroborava a vulnerabilidade e inviabilidade da monocultura exportadora para a sua manutenção como sustentáculo da economia. Em função disso, houve pressões para a criação de novas fontes de riqueza. A indústria por sua vez, era defendida por aqueles que almejavam a modernização do país, retirando-se do atraso colonial que se encontrava no presente momento.²³

²² “Teoria dos Choques Adversos - a indústria surgiu no Brasil como uma resposta às dificuldades de importar produtos industriais em determinados períodos. Como exemplo, poderíamos citar a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão dos anos 30. Nestes momentos, em que se diminuía o valor das exportações, grava-se um protecionismo, que aumentava a rentabilidade da indústria. Assim, passava-se a produzir internamente, com vistas a suprir a falta de importações. Análise Setorial- A Indústria Brasileira. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/economia/analise-setorial-a-industria-brasileira>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

²³ BRUM, op. cit; p. 174.

O processo de industrialização do Brasil como afirma Brum (2000) só foi possível após a Primeira Guerra Mundial, findando a economia agroexportadora. Devido ao bloqueio econômico internacional, dificultando a importação de produtos industrializados, e simultaneamente com a crise do café, a única solução encontrada para a economia brasileira seria voltar-se para o mercado interno, através do modelo de substituição de importações, já mencionado anteriormente.

Brum (2000) ressalta a presença do capital estrangeiro no país. Desde o século XIX, estabelecia-se no setor de comércio e de serviços (transporte ferroviário, transporte coletivo urbano, eletricidade, iluminação pública, telefonia, etc.). Observa-se no período a transição da economia agroexportadora voltada para o comércio exterior, para a economia industrial voltada para o mercado interno, fortalecendo o crescimento industrial e urbano. O apoio econômico baseado na industrialização ocorreu a partir de 1930.

De acordo com Brum (2000) o capital estrangeiro advindo ao Brasil após a década de 1950, tinha como objetivo a modernização do país. O capital estrangeiro, por sua vez, era constituído dos empréstimos e dos investimentos de risco. Estes investimentos na atividade industrial vieram de iniciativas privadas. Há também uma forte intervenção do governo na economia passando a apoiar e a influenciar não apenas o setor industrial como também o setor de infraestrutura (expansão dos gastos).

O período pós Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma nova fase do mercado internacional de capitais, sendo caracterizada pela supremacia dos Estados Unidos da América, pela aplicação da grande maioria do volume desse capital em investimentos diretos (e não mais quase só sob a forma de empréstimos e financiamentos) e pela predominância dos investimentos na atividade industrial em países desenvolvidos e também naqueles ainda em processo de desenvolvimento, conforme explica Brum (2000).

O processo de industrialização, que avançara até então sob a liderança da empresa nacional, tomou outro rumo, passando gradualmente para o comando do capital internacional. As empresas multinacionais foram assumindo o controle dos ramos de ponta da indústria de bens duráveis, veículos automotores, eletrodomésticos, eletroeletrônicos... (BRUM, 2000, p. 244).

O Brasil após a Segunda Guerra Mundial passou a depender financeiramente e tecnologicamente do comércio internacional. As multinacionais investem nos seus laboratórios que estão localizados no exterior, gerando mercado para os cientistas. Por outro

lado, quase não investem em pesquisa e desenvolvimento nos países hospedeiros, ou seja, onde estão as subsidiárias.²⁴

Segundo Brum (2000) o Brasil não conseguiu constituir por si só sua grandeza econômica, social, cultural, política, científica, tecnológica, a partir de um desenvolvimento para dentro, ou seja, voltado para o mercado interno. O Brasil, diferentemente de outros países como Europa, Estados Unidos e Japão, não realizou um esforço nacional voltado a constituição da grandeza interna, baseada na educação e qualificação de recursos humanos.

Enquanto o Brasil espelhava seu desenvolvimento industrial e tecnológico nos países desenvolvidos, sendo dependente destes, os países mais avançados, por outro lado, desenvolveram-se primeiramente internamente e posteriormente voltaram suas projeções para o mundo, com elevado grau de autonomia e força própria, o que lhes permitiram alcançar a sua independência e o equilíbrio mundial, conforme mostra Brum (2000):

Antes de conseguir se auto-afirmar-se como expressão de grandeza própria, o Brasil foi internacionalizado. Antes de completar a construção de um projeto nacional próprio, foi articulado em função dos interesses hegemônicos dos países centrais e das grandes corporações transnacionais neles sediadas. Isso, já numa nova etapa do capitalismo mundial: a fase do imperialismo monopolista. Assim, o desenvolvimentismo foi essencialmente um processo de modernização, compatível com a dependência, um processo de desenvolvimento dependente. (BRUM, 2000, p. 249)

Na verdade o Brasil era dependente da economia norte-americana, que influenciava e “comandava” o comércio internacional após a Segunda Guerra Mundial. Antes o país hegemônico era a Inglaterra. Nações subdesenvolvidas como o Brasil, eram subordinadas outrora aos países europeus e posteriormente aos Estados Unidos, estes, países desenvolvidos. “Essa subordinação processa-se na medida de tecnologia, de matérias-primas elaboradas, de equipamentos e de capitais para investimentos internos ou compras no exterior. Um dos aspectos principais da dependência têm sido justamente o endividamento constante e acelerados dos países dependentes, cujas divisas auferidas com as exportações acabam sendo insuficientes para cobrir os déficits do balanço de pagamentos”.²⁵

O Brasil diante da situação em que se encontrava (economia influenciada pelos Estados Unidos) viu-se obrigado a tomar empréstimos para tornar possível o desenvolvimento

²⁴ BRUM, op. cit; p. 248.

²⁵ SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 235.

no país e até mesmo sua industrialização. Segundo Cardoso de Mello (1982) o Brasil era dependente tanto financeiramente como tecnologicamente da incipiente potência mundial os Estados Unidos (EUA). Esses empréstimos foram favoráveis ao Brasil para a sua industrialização, pois, o país deixou de ser apenas produtor de bens primários (bens de consumo básico) tais como produtos agrícolas e passou a produzir bens de consumo duráveis (automóveis, por exemplo), fomentando a economia nacional.

Em oposição, Furtado (1983) comenta que apesar da expansão do desenvolvimento econômico observado após a Segunda Guerra, o país ficou endividado com o exterior devido aos empréstimos tomados e aos investimentos estrangeiros. “Devido ao choque do petróleo ocorrido em 1973, os preços do petróleo elevaram-se no mercado mundial fazendo com que a economia brasileira fosse diretamente afetada. Os combustíveis derivados do petróleo aumentaram muito, elevando ainda mais a inflação. A balança comercial brasileira apresentou déficit elevado em função da importação de petróleo a preços exorbitantes”.²⁶

3.4 OS GOVERNOS BRASILEIROS DE 1950 A 1990

O governo de Getúlio Vargas na década de 1950 tinha como objetivo uma política nacionalista para alavancar a industrialização do país, mas sem a intervenção de capital estrangeiro. Lacerda (2000) enfatiza que a política nacionalista a ser implantada por Getúlio limitava o financiamento externo ou a participação de capitais estrangeiros de investimentos diretos. O objetivo central do governo era financiar as indústrias nacionais através das altas taxas de lucros advindas da política de valorização cambial e de transferência dos excedentes do setor agroexportador para o setor industrial.

A política de Vargas era baseada na “tentativa de alavancar o processo de industrialização com o desenvolvimento da indústria pesada ou a produção de bens intermediários”, conforme descreve Lacerda (2000, p. 83). Devido a ausência de apoio político da burguesia industrial a Vargas, a economia brasileira era dependente de financiamentos e aportes de tecnologia externos, em detrimento da abertura de caminhos autônomos para o desenvolvimento nacional, devido as transformações limitadas na estrutura produtiva.

²⁶ BRASILEIRO, Milagre Econômico.

Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/ditadura/milagre_economico.htm>. Acesso em 21 sep. 2013.

As transformações, entretanto, seriam indispensáveis para o posterior processo de industrialização, mas em oposição às condições da proposta nacionalista, pois o capital privado estrangeiro seria fator primordial para a expansão da industrialização.

Posteriormente ao governo de Getúlio Vargas, quem assumiu o governo foi Juscelino Kubitschek. JK, como era conhecido, iniciou a ideologia desenvolvimentista, baseada na aceitação da predominância do capital externo, restringindo o capital nacional ao sócio minoritário deste, explica Lacerda (2000).

Segundo Lessa (1981), a política econômica do governo JK dava prioridade ao capital estrangeiro. Isso, por sua vez, possibilitava o financiamento dos gastos públicos e privados em que os meios de pagamento e crédito aumentavam simultaneamente, via empréstimos do BNDE, e até mesmo pela concessão de avais para a tomada de empréstimos no exterior. Havia a majoração da participação do Estado na formação de capital, fomentando a acumulação privada.

Segundo Lacerda (2000) a maior parte dos investimentos do governo eram destinados aos setores de transporte, energia, siderurgia e petróleo. Os subsídios e estímulos concedidos pelo governo tinham por finalidade a expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos com alta intensidade de capital.

O crescimento industrial brasileiro ocorreu com a implantação do governo JK através da forte presença do capital estrangeiro dos chamados anos dourados do governo JK, que nada mais era que uma contradição ao que o presidente denominou de nacionalismo desenvolvimentista. A contradição apresentada pelo “desenvolvimentismo” foi o fato da industrialização brasileira ter avançado por um lado (enriquecendo o país) e por outro, empobrecendo cada vez mais as classes trabalhadoras urbanas. Isso pode ser explicado pelas obrigações estatais com a dívida externa, altas remessas de lucros feitas pelas empresas estrangeiras, alta concentração da renda nacional na mão de poucos; inflação elevada, crescimento do desemprego, entre outros.²⁷

Seu governo “estava estruturado em um tripé formado pelas empresas estatais, pelo capital privado estrangeiro e, como sócio menor, o capital privado nacional”, de acordo com Lacerda (2000, p. 92).

²⁷ BRASILEIROS, História e Governos. Disponível em:< http://ibsenmontenegro.tripod.com/governo_jk.htm>. Acesso em 21 sep. 2013.

O Brasil, pelo tamanho de seu mercado interno, o que era também efeito do próprio sucesso do processo de substituição de importações, tornou-se um espaço privilegiado para a atuação das empresas multinacionais (EMN), embora seja importante ressaltar que os Estados Unidos, inicialmente, estavam presentes apenas marginalmente nesse processo. (Lacerda, 2000, p. 93)

A implantação das empresas multinacionais no Brasil está relacionada à industrialização do país durante o governo JK. Mediante as escalas de produção e também de capital necessário, a hegemonia do capital estrangeiro tornou-se indispensável, predominantemente nos setores mais dinâmicos de nossa economia. As multinacionais americanas, por sua vez, só foram implantadas no processo de produção industrial no Brasil posteriormente a implantação das empresas europeias e japonesas. É importante ressaltar que até mesmo empresas americanas multinacionais que atuavam há anos no país como Ford e General Motors se engajaram posteriormente as empresas multinacionais dos países mencionados anteriormente.

Tavares (1978) comenta que enquanto o Plano de Metas implantado no governo JK fomentou fortemente o PSI (processo de substituição de importações), já explicado anteriormente, por outro lado, o início da década de 1960, apresentou o esgotamento do PSI, com a redução de seus efeitos positivos sobre o dinamismo da economia industrial brasileira. Isso se mostra evidente com a queda no ritmo de crescimento industrial a partir de 1962, iniciando a crise econômica no país, principalmente, por fatores internos. É importante ressaltar que as crises anteriores haviam sido originárias de fatores externos, com repercussões internas.

Os fatores internos que causaram a crise estão relacionados aos desequilíbrios no balanço de pagamentos do país, a partir da deterioração das relações de troca, aumento das despesas financeiras com o capital estrangeiro e também aos investimentos e empréstimos externos acumulados nesse período, mostra Lacerda (2000).

Lacerda (2000) explica que a partir da tomada do poder pelos militares em 1964, o populismo no Brasil foi encerrado. A ditadura militar mostrou claramente a transição da economia agroexportadora para a economia urbano-industrial. O novo regime visava a retomada do crescimento econômico e priorizava as relações mantidas com os organismos financeiros internacionais. As ações do governo, por sua vez, buscavam uma integração maior com os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos. O Brasil continuou sendo

como nos períodos anteriores, dependente da economia externa. Isso resultou na expansão da internacionalização da economia brasileira com relação aos capitais externos.

O PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) foi criado em novembro de 1964 com o objetivo de provocar mudanças institucionais impostas ao país, sendo elas: reformas bancária e tributária, e centralização (autoritária) do poder político e econômico. O governo militar conseguiu executar uma política econômica visando os investimentos, devido à imposição do autoritarismo, de acordo com Lacerda (2000).

O PAEG mantinha os objetivos básicos dos discursos desenvolvimentistas: retomada do desenvolvimento, via aumentos dos investimentos; estabilidade de preços; atenuação dos desequilíbrios regionais; e correção dos déficits do balanço de pagamentos, que periodicamente ameaçavam a continuidade do nosso desenvolvimento. As prioridades imediatas eram, internamente, o controle da inflação, e, externamente, a normalização das relações com os organismos financeiros internacionais. (LACERDA, 2000, p. 104).

Isso significa que o PAEG como um programa de estabilização obteve resultados positivos em detrimento dos seus custos para a grande maioria da população. O plano contribuiu também para a redução da inflação e, a expansão do crescimento econômico foi possível graças às transformações institucionais executadas pelo plano.

Devido às oscilações apresentadas na balança comercial entre 1968 e 1973, o governo militar instituiu o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) com o objetivo de conter a crise conjuntural do país, conforme mostra Lacerda (2000):

No II PND, a maioria dos investimentos, para o crescimento industrial estava direcionado ao departamento I da economia, produtor de bens de capital e bens intermediários. Era uma nova tentativa de articular a ação e os investimentos das empresas estatais com os investimentos das grandes empresas privadas nacionais. (LACERDA, 2000, p. 121).

Lacerda (2000) comenta que o II PND foi considerado uma “fuga para a frente”, pois visava o aumento dos déficits comerciais e o endividamento externo, mas baseado numa estrutura industrial avançada permitindo superar simultaneamente a crise e o subdesenvolvimento.

Segundo Lacerda (2000) os anos de 1980 foi marcado por desequilíbrios externos e internos sendo caracterizado como a “década perdida” da economia brasileira, pois houve a redução dos investimentos concomitantemente com o crescimento do PIB, majoração do déficit público, crescimento das dívidas interna e externa, e alta inflacionária. A política

adotada pelo governo para tentar “solucionar” o problema foi à contenção das despesas públicas via aumento da carga tributária.

Com a recuperação da economia americana em 1984, o Brasil sofreu impactos positivos na sua economia. Isso foi possível devido ao aumento das exportações e crescimento da renda agrícola, relacionado a uma valorização nos preços dos produtos primários, o que repercutiu em compras de insumos e maquinários.

No início da década de 1990 explica Lacerda (2000) que as bases da nova política estavam centradas na competitividade, em oposição as políticas até então existentes, pois estas fomentavam a expansão da capacidade produtiva mediante o incentivo a substituição de importações.

De acordo com o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (1991), o objetivo da nova política industrial era proporcionar o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, tendo em vista a modernização e reestruturação industrial.

O que contribuiu positivamente para o Brasil foi a inserção de investimentos diretos estrangeiros (IDE), pois, este por sua vez, conseguiu melhorar a qualidade do financiamento e permitiu ao país alongar o perfil da sua dívida externa no mercado internacional, conforme mostra Lacerda(2000).

A majoração dos investimentos diretos estrangeiros (IDE) tem proporcionado ao Brasil um maior potencial de poupança externa. Segundo o próprio autor, a participação dos investimentos diretos em relação ao PIB foi de 2,0%, o melhor índice desde os anos 1970.

3.5 CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Cardoso de Melo (1982) afirma que apesar do fomento para investimentos privados e públicos na indústria nacional, as políticas adotadas para o crescimento brasileiro não se mostraram satisfatórias, pois a estrutura industrial brasileira apresentava ineficiências na sua estrutura produtiva e atraso tecnológico.

Mantega (1987) faz apologia ao caráter protecionista praticado pelos governantes desde a incipiente industrialização brasileira. Por conseguinte, provocou a ineficiência da

indústria brasileira, pois a indústria aqui existente não aprimorou seu desenvolvimento tecnológico, permanecendo incapaz de competir com o comércio internacional.

Brum (2000) ressalta a dependência brasileira frente aos empréstimos estrangeiros adquiridos no mercado internacional. Na década de 1970, mesmo diante dos subsídios e incentivos concedidos as exportações brasileiras, a dependência do nosso país mostrava-se evidente. Por conseguinte, o descontrole na balança de pagamentos fez retroceder o processo de industrialização no país, seguido posteriormente da recessão da década de 1980, com o objetivo de equilibrar os saldos comerciais.

O autor também diz respeito às reduções feitas na área de investimentos, utilizados para conter a dívida externa em detrimento dos projetos de pesquisa e desenvolvimento. A indústria brasileira, por sua vez, perdeu competitividade no mercado internacional, devido a (C&T).

3.6 SUBDESENVOLVIMENTO E ATRASO TECNOLÓGICO

Cardoso de Melo (1982) afirma que há uma correlação entre crescimento econômico e progresso tecnológico. O progresso tecnológico possui várias dimensões, entre elas: maiores quantidades de produtos, produtos melhores, produtos novos, diferenciação dos produtos, entre outros. Para o autor, estes fatores melhoram a produtividade, levando a aumentos do produto para determinados montantes de capital e trabalho, e, conseqüentemente, há o aumento da renda.

Segundo um estudo realizado pela Pearson Education (2006), o crescimento acelerado pode ser oriundo de duas fontes, entre elas: a primeira considera uma taxa de progresso tecnológico mais elevado, pois se o investimento for maior, o crescimento equilibrado do produto também aumentará. Por conseguinte, a taxa de crescimento do produto será igual a taxa de progresso tecnológico.

A segunda fonte, por sua vez, diz respeito ao ajuste do capital por trabalhador efetivo para um nível mais alto. Nesse caso, a taxa de crescimento do produto excede a taxa de progresso tecnológico.

Em se tratando do estudo realizado em 2006 por Olivier Blanchard²⁸, a conclusão que se chegou foi a seguinte: o crescimento ou a retração econômica está relacionado diretamente ao progresso tecnológico, quando ele aumenta ou diminui, respectivamente. Blanchard (2006) afirma que o elevado crescimento do PIB até meados da década de 1970 foi resultado do rápido progresso tecnológico, e não da acumulação de capital²⁹ excepcionalmente elevada. Em contrapartida, a partir de meados da década de 1970, o PIB apresentou uma desaceleração devido a uma redução da taxa de progresso tecnológico, e não de uma acumulação de capital excepcionalmente baixa.

A industrialização tardia brasileira foi causada pela dependência externa do país, comenta Cardoso de Melo (1982). A industrialização do país só seria possível quando o centro dinâmico da economia se deslocasse para dentro, ou seja, era indispensável o investimento interno, prescindindo as economias externas, para que o país fosse capaz de se industrializar e crescer.

Para o autor, o que também contribuiu para o atraso industrial brasileiro está relacionado ao baixo nível de renda acumulada no país, pois não foi possível o desenvolvimento da indústria pelo reduzido investimento em tecnologia. Por conseguinte, foi imprescindível atrair investimentos estrangeiros através de políticas favoráveis ao investidor (taxa de juros atraente, grande reserva de capitais estrangeiros), com o objetivo de financiar os investimentos de valor elevado.

Portanto, com o aprimoramento de novos investimentos e técnicas industriais, no final do século XIX iniciou-se a nova fase da industrialização brasileira, impulsionando tanto a sua modernização como a sua expansão. Isso pode ser explicado pela incipiente massa de trabalhadores assalariados contratados para a produção, os quais, por sua vez, estariam inseridos na classe dos demandantes dos produtos de consumo produzidos internamente.

²⁸ Olivier J. Blanchard (Amiens, 27 de dezembro de 1948) é um economista francês e professor de economia do MIT.

²⁹ Conjunto de processos pelos quais uma economia poupa recursos, que de outra maneira serviriam ao consumo improdutivo, e os transforma em capital. A repetição dos ciclos produtivos seria impossível se toda produção fosse consumida. Parte da produção anual deve ser destinada à renovação do capital e, mais ainda, à ampliação da capacidade produtiva.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2010. p.354.

3.7 A GLOBALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Lacerda (2001), em seu artigo publicado na revista FAAP, define globalização como sendo a expansão do comércio internacional e dos fluxos de capitais, simultaneamente ao excepcional avanço tecnológico, destacando o advento da telemática (combinação das telecomunicações com a informática), apresentando maior notoriedade a partir dos anos 1980.

Lacerda (2001) afirma que o movimento de internacionalização a partir dos anos 1980 provocou mudanças tanto nos países desenvolvidos como também nos países subdesenvolvidos. O perfil da indústria modificou-se, devido ao incremento da participação dos investimentos diretos estrangeiros, estimulado pelas fusões e aquisições, a privatização, etc.

Segundo Lacerda (2001), o aumento do investimento direto estrangeiro tem superado o desempenho do crescimento econômico dos países e das exportações. O processo de fusões e aquisições no cenário internacional mostrou um crescimento significativo nos últimos anos. Por conseguinte, os efeitos causados pela globalização da economia, o acirramento da competitividade e a maior exigência dos mercados tem forçado as empresas a se unirem, pois muitas vezes não são capazes de realizarem transformações individualmente.

Mesmo com o advento da globalização, os países subdesenvolvidos dependem daqueles desenvolvidos. O Brasil, devido a sua vulnerabilidade externa, tornou-se suscetível as mudanças ocorridas no comércio mundial. As variáveis econômicas, por sua vez, tais como: a geração de empregos, o crescimento econômico e os programas sociais são subalternos a obtenção ou não de recursos provenientes do mercado internacional. As mudanças ocorridas no cenário internacional quando relacionadas ao humor dos credores ou investidores afetam diretamente o fluxo de recursos destinados ao Brasil, restringindo o crescimento econômico, comenta Lacerda (2001).

A partir da desvalorização do real perante o dólar e a mudança no regime cambial, simultaneamente com a redução da taxa de juros, o setor produtivo apresentou espaço para a sua ascensão econômica. Isto foi possível devido ao incentivo dado as exportações (desvalorização cambial), uma fase de substituição “fácil” dos importados e uma retomada do crédito na economia. É importante ressaltar que na visão da demanda internacional, é

indispensável direcionar a pauta de exportações brasileiras aqueles produtos e nichos mais dinâmicos no comércio externo.

Lacerda (2001) explica que mesmo não sendo possível a competitividade da nossa economia em todos os setores dinâmicos, há um enorme espaço para a geração de atividades locais. Há exemplos de empresas de origem nacional e estrangeiras instaladas no Brasil que definiram sua pauta de exportações a partir da excelente base de produção, alcançada através do mercado local. Nesse caso, merece destaque o potencial e a competitividade³⁰ da demanda doméstica e também a cadeia de fornecedores qualificados, o que potencializa um expressivo coeficiente de valor agregado nacional.

Furtado (1996) menciona duas forças que contribuíram para o dinamismo da economia: a introdução de novas técnicas e a majoração do poder de compra da população. As novas técnicas elevam a produtividade do trabalho e concomitantemente reduzem a demanda de mão-de-obra. Por outro lado, a massa trabalhadora almeja a elevação dos salários reais, o que amplia o mercado e traz consigo a oportunidade de novos investimentos.

Na economia globalizada o dinamismo dos mercados nacionais encontra-se primordialmente na sua capacidade de inserção internacional e, posteriormente, nas iniciativas geradas pelo mercado interno. Quando uma economia perde a competitividade externa, como é o caso do Brasil, torna-se difícil obter um crescimento econômico expressivo, afirma Lacerda (1996).

Se uma economia perde competitividade externa, como ocorre atualmente com o Brasil, dificilmente pode alcançar uma taxa de crescimento elevada. Cabe assinalar que a participação de nosso país nas exportações do conjunto das economias do Terceiro Mundo (excluídos os exportadores de petróleo) declinou de 6% para 3% no decorrer do presente decênio. Isso é uma indicação do que significa a perda de autonomia no setor cambial.³¹

³⁰ Situação do regime de iniciativa privada em que as empresas competem entre si, sem que nenhuma delas goze da supremacia em virtude de privilégios jurídicos, força econômica ou posse exclusiva de certos recursos. Nessas condições, os preços de mercado formam-se perfeitamente segundo a correção entre oferta e procura, sem interferência predominante de compradores ou vendedores isolados. SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2010. p.172.

³¹ FURTADO, Celso. *Os desafios da globalização*. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 1996. p. 3.

Essa perda de autonomia no setor cambial está relacionada ao fato de que, os países industrializados (inclusive o Brasil) não conseguiram adequar-se ao processo de globalização e também não encontraram uma solução para os seus problemas específicos. Lembrando que, os problemas específicos citados anteriormente, diz respeito ao atraso acumulado no plano social. A prioridade que o Brasil deve praticar é a criação de empregos, pois o avanço tecnológico causa desemprego em muitos setores industriais, principalmente naqueles voltados ao comércio internacional.

Lacerda (1996) comenta que há outro problema enfrentado pelo Brasil: a concentração da renda na mão de poucos (classe média alta) e a concomitante falta de poupança interna, dificultando o crescimento econômico. Como a poupança é capaz de financiar os investimentos necessários a expansão econômica do país e esta, por sua vez, mostrou-se reduzida, o aumento da dívida externa provocou o decréscimo das exportações, fazendo com que a economia brasileira ficasse cada vez mais dependente do capital externo.

4 PESQUISA EMPÍRICA: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO ENTRE 2000 A 2009

A pesquisa empírica tem como objetivo a análise do comportamento da balança comercial entre os anos de 2000 a 2009, a taxa de variação do PIB, a taxa de variação das exportações, contribuição das exportações no crescimento do PIB e participação das exportações no PIB, entre outros. É importante ressaltar que todos os componentes mencionados estão fundamentados nas análises econômicas feitas anteriormente. Esta análise foi feita dividindo-se os bens exportados quanto ao fator agregado, evidenciando-se uma maior exportação de bens básicos em detrimento da exportação de bens industrializados. A dependência estrutural brasileira pela exportação de commodities já foi argumentada por autores como Celso Furtado e Caio Prado Júnior nas décadas de 1960 e 1970.

Segundo Braga Filho (2008) o desenvolvimento econômico está relacionado a um processo de mudanças estruturais e institucionais, não se limitando somente a expansão do PIB per capita. No que diz respeito a economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, as mudanças estruturais são as seguintes: redução da atividade primária e consequente aumento da participação da indústria de transformação, ampliação da força de trabalho na indústria em detrimento da força de trabalho ocupada no setor primário, participação da indústria dinâmica e redução da contribuição da indústria tradicional, alterações na composição da pauta exportadora e mudanças na estrutura de consumo. Isso significa dizer que para que haja o crescimento econômico é indispensável a transferência da atividade do setor primário (agrário) para o setor secundário (industrial), pelo fato de agregar maior valor aos bens produzidos.

Pelo fato da participação das exportações na economia terem contribuído significativamente para o desempenho do país, a tabela abaixo mostra as relações entre o crescimento do PIB e a majoração das exportações de bens e serviços e sua participação no PIB.

Tabela 4: Taxa de variação do PIB, Taxa de variação das Exportações, Contribuição das exportações no cresc. PIB e part.exp. no PIB

Período	Taxa variação do PIB	Taxa variação das exportações	Exportações no crescimento do PIB	Exportações / PIB
2000	4,3	12,86	1,21	9,98
2001	1,3	10,05	1,0	12,18
2002	2,7	7,42	0,9	14,1
Média 2000 a 2002	2,77	10,11	1,04	12,09
2003	1,1	10,4	1,47	14,99
2004	5,7	15,29	2,29	16,43
2005	3,2	9,33	1,53	15,13
2006	3,8	5,04	0,76	14,37
Média 2003 a 2006	3,45	10,02	1,51	15,23
2007	5,4	6,2	0,89	13,36
2008	5,14	-0,64	-0,09	13,79
2009	-0,19	-10,28	-1,42	11,27
Média 2007 a 2009	3,45	-1,57	-0,2	12,81

Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do IBGE, base referência ano de 2000.

Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), como mostrado na tabela acima, os nove primeiros anos do século XXI apresentaram oscilações no PIB. Os três primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) apresentaram uma média baixa de crescimento do produto, em torno de 2,8%, as exportações atingiram cerca de 1% do crescimento do PIB e representaram algo em torno de 12% do PIB total.

O período que compreende o primeiro mandato do governo Lula de 2003 a 2006, apresentou um crescimento em torno de 3,5%, superior ao seu antecessor, mas relativamente baixo. Neste período as exportações cresceram em média de 10%, aumentando sua participação para 15% do PIB, mas contribuíram com uma participação mínima de 1,5% do crescimento total do produto.

Por outro lado no segundo mandato governo Lula (período que vai de 2007 a 2009), o PIB apresentou uma majoração em torno de 3,5%, mesmo tendo sido computado um decréscimo do PIB em 2009. As exportações mostraram-se negativas em 0,20 para a

contribuição do produto total concomitante com a diminuição de sua participação para 12,8% do PIB.

Segundo um estudo realizado³² sobre os nove primeiros anos do século XXI, é possível mencionar algumas considerações relevantes a respeito do PIB e das exportações brasileiras.

Quando comparado o ano de 2000 com o ano anterior, houve um crescimento do PIB de 4,3% as exportações cresceram 12,86%, tendo participação em cerca de 10% do produto total e contribuído com 1,21% do seu crescimento. Mesmo assim, as importações superaram as exportações, levando a um déficit comercial em torno de 1,7% do PIB, conforme os dados mostrados na tabela.

Tabela 5-Componentes da demanda no Produto Interno Bruto: 2000 a 2009-em %

Ano	Consumo Famílias	Investimento: FBCF + estoques	Administração Pública	Exportações	Exportações Líquidas (X – M)
2000	64,3	18,3	19,2	9,98	-1,72
2001	63,5	18,0	19,8	12,18	-1,32
2002	61,7	16,2	20,6	14,10	1,50
2003	61,9	15,8	19,4	14,99	2,89
2004	59,8	17,1	19,2	16,43	3,93
2005	60,3	16,2	19,9	15,13	3,63
2006	60,3	16,8	20,0	14,37	2,87
2007	59,9	18,3	20,3	13,36	1,56
2008	60,3	19,9	19,6	13,79	0,19
2009	62,8	16,5	20,8	11,27	-0,03

Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do IBGE. Diretoria de Pesquisa. Coordenação de Contas Nacionais.

Conforme a tabela acima, desde a abertura comercial nos anos 1990, o Brasil tem aumentado suas exportações. De 2000 a 2004, as exportações mostraram-se crescentes, sendo que nos anos de 2000 e 2001 as exportações líquidas (exportação-importação) apresentaram-

³²TREMEA, Nadia. *As exportações e o PIB do Brasil no período de 2000 a 2009*. Revista ADMpg Gestão Estratégica:2011, v.4. n. 1

se negativas, ou seja, nos dois anos as importações excederam as exportações. Entre os anos de 2004 e 2007 houve uma redução nas exportações. Em 2008, voltou a crescer, contudo a crise mundial eclodida no final de 2008 fez com que as exportações voltassem a cair em 2009.

O ano de 2000 é bastante emblemático na análise da economia brasileira, era o segundo ano que o país estava sob o regime de câmbio flexível, formado pela cotação de oferta e demanda de divisas, com intervenções do Banco Central comprando e vendendo moedas estrangeiras para evitar excessivas valorizações ou desvalorizações, a taxa de juros elevada permitia câmbio desvalorizado, mas, insuficiente para gerar, naquele ano, o esperado superávit comercial, indicando a necessidade de ampliação das exportações. (TREMEEA, 2011, p. 4)

Como observado na tabela 5 a balança comercial no ano de 2000 apresentou saldo deficitário em 1,72%, pois as exportações foram inferiores as importações, devido a políticas adotadas pelo BACEN (Banco Central do Brasil) para controlar a taxa de câmbio flexível³³, adotada em 1999. Logo, as exportações não foram suficientes para que a balança comercial apresentasse saldo superavitário.

As exportações, por sua vez, eram colocadas no centro do debate como fator imprescindível para o crescimento econômico, conforme mostra Tremea (2011). As exportações aumentaram em 15,3% em 2004, evidenciando os problemas que a sua expansão estava enfrentando.

Em entrevista à Revista Exame (2004) o então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto afirmou que a indústria estava otimista com a retomada da produção e que esta se estendia para além dos setores exportadores e de agronegócios, com boas reações nos setores dos bens de consumo duráveis, cimento e construção civil. Assinalava três razões para o crescimento: a primeira, as exportações, que impulsionam os setores ligados ao mercado interno, depois o aumento do crédito, que cresceu 7,9% a mais em relação a igual período no ano anterior (primeiro semestre) e por último, mas não menos importante, o aumento da massa salarial e do nível de emprego. (TREMEEA, 2011, p. 5).

³³ Regime cambial no qual a moeda de um país flutua no mercado de acordo com a oferta e demanda de moedas fortes como o dólar ou o euro. Na maioria dos países em que se adota o câmbio flutuante, ocorrem intervenções dos bancos centrais sempre que a taxa de câmbio atravessa um período de forte volatilidade. SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2010. p.112.

Devido ao aumento de nível de emprego e da massa salarial simultaneamente, houve o crescimento da demanda interna e das exportações, tornando visíveis os gargalos encontrados na cadeia produtiva, os quais foram solucionados, por sua vez, pelo sistema de preços. Ou seja, para obter determinado produto era necessário gastar mais, caso contrário, ficaria sem o fornecimento. “Por outro lado, os preços dolarizados pressionavam a inflação, que era controlada com juros altos, levando à diminuição do bem-estar social” (TREMEA, 2011, p. 5).

Segundo Tremea (2011), os investimentos na indústria de transformação estavam estagnados ou até mesmo negativos. Para tanto, era necessário e indispensável à retomada na formação bruta de capital fixo (investimento), com o objetivo de atender a demanda externa e interna simultaneamente.

A autora também afirma que a crise mundial ocorrida em 2008 e 2009 provocou um entrave ao comércio internacional nos Estados Unidos e na Europa, diminuindo o seus fluxos de comércio e afetando diretamente o Brasil.

Os dados da tabela abaixo indicam o perfil das exportações brasileiras entre 2000 e 2009 simultaneamente ao seu desempenho.

Tabela 6- Exportação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica em %

Setores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Produtos industriais	83,4	82	80,6	80,1	80,0	79,5	78,1	75,9	71,7	68,4
Indústria de alta e média-alta tecnologia	35,6	33,1	31,3	29,9	30,0	31,8	30,4	29,1	26,1	23,7
Indústria de média-baixa tecnologia	18,6	17,1	17,6	18,3	19,5	19,2	19,8	19,7	19,6	16,2
Indústria de baixa tecnologia	29,3	31,7	31,7	31,9	30,5	28,4	27,9	27,1	26,0	28,5
Produtos não industriais	16,6	18,0	19,4	19,9	20,0	20,5	21,9	24,1	28,3	31,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do SECEX/MDIC

Na tabela acima está explícito, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que as exportações de produtos industriais decresceram de 83,4% em 2000 para 68,4% em 2009.

Segundo Tremea (2011) percebe-se também que os produtos industriais de alta e média-alta tecnologia foram perdendo participação ao longo dos nove anos analisados. Isso é preocupante pelo fato de ser um problema estrutural grave, em que este tipo de exportação (produtos industriais de alta e média tecnologia) agrega maior valor, exigindo um conhecimento científico e tecnológico mais avançado e nos quais as empresas detêm autonomia para colocarem seu preço no mercado internacional.

Por outro lado, observa-se o crescimento da participação dos produtos não industriais, que compõem o setor primário (baixo valor agregado) e que estão inclusos nesta categoria as exportações do agronegócio e dos produtos extrativos, nesse caso, os minérios.

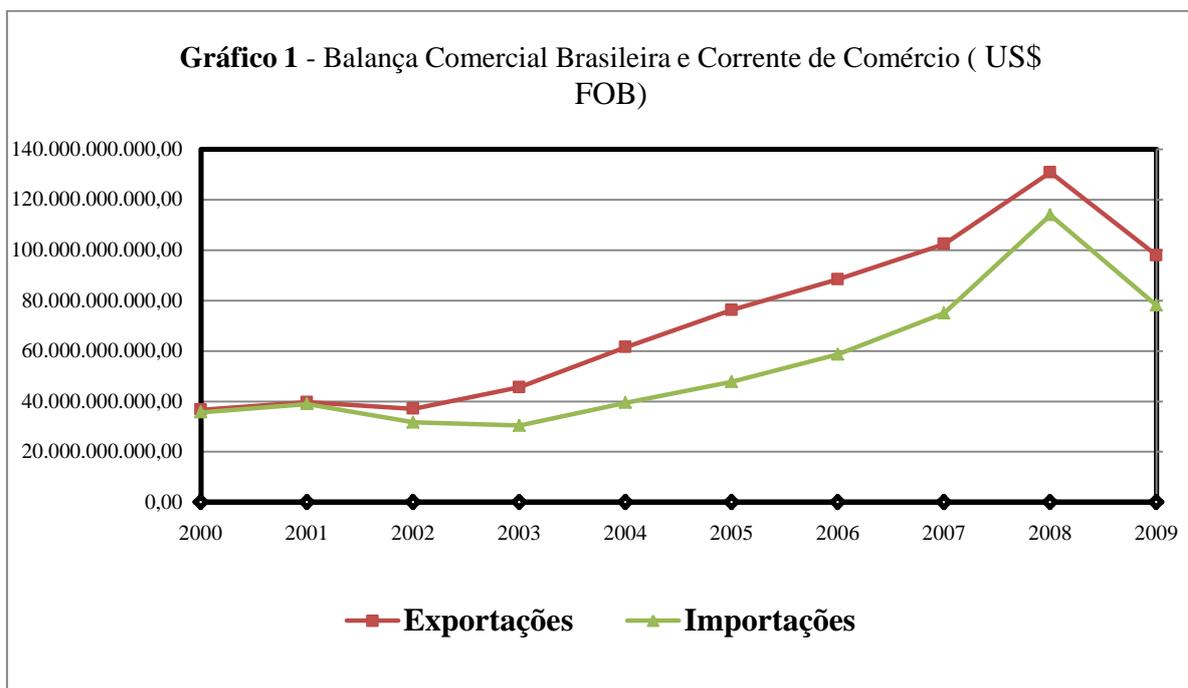
Ao se somar as exportações dos setores industriais de baixa tecnologia, que incluem madeira, papel, celulose, alimentos, bebidas, têxteis e calçados, aos bens não industriais, percebe-se uma clara especialização do Brasil nos produtos de baixo valor adicionado, pois os referidos passam de uma participação de 46% no total exportado no ano de 2000, para 60% no ano de 2009. (TREMEA, 2011, p. 6-7).

De acordo com Tremea (2011) é notável que a maior inserção do Brasil do comércio exterior está voltada ao setor do agronegócio, em que apresenta dinamismo reconhecido internacionalmente, entre eles estão: o açúcar, soja, suco de laranja, frango e produtos naturais (madeira, papel, aço, entre outros). Ou seja, os produtos citados acima fazem parte da composição dos bens primários, os quais por sua vez, possuem baixo valor agregado.

Tabela 7- Balança Comercial Brasileira e Corrente de Comércio (US\$ FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2000	36.693.237.353	35.681.018.221	1.012.219.132
2001	39.660.359.529	38.963.484.903	696.874.626
2002	37.073.829.170	31.666.099.953	5.407.729.217
2003	45.579.170.848	30.394.595.979	15.184.574.869
2004	61.485.615.902	39.477.827.899	22.007.788.003
2005	76.226.425.048	47.784.700.076	28.441.724.972
2006	88.379.649.606	58.632.621.822	29.747.027.784
2007	102.433.442.081	74.964.121.664	27.469.320.417
2008	130.842.956.816	113.921.381.541	16.921.575.275
2009	97.934.318.663	78.065.580.461	19.868.738.202

Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do MDIC/SECEX



Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do MDIC/SECEX

Conforme mostrado no gráfico acima, a balança comercial brasileira mostrou-se superavitária em todos os anos (2000 a 2009). Contudo, a partir de 2002 com a desvalorização do real perante o dólar, as exportações brasileiras passaram a apresentarem resultados mais expressivos.

Isto é explicado pelo fato da desvalorização do real perante a moeda norte-americana incentivar as exportações brasileiras; fazendo com que estas aumentem (pois os produtos brasileiros ficam mais baratos e a balança comercial passa a apresentar superávits concomitantemente).

Por o outro lado, a queda das exportações observada em 2009 é decorrente da crise norte americana ocorrida no final de 2008, a qual por sua vez, abalou a economia mundial.

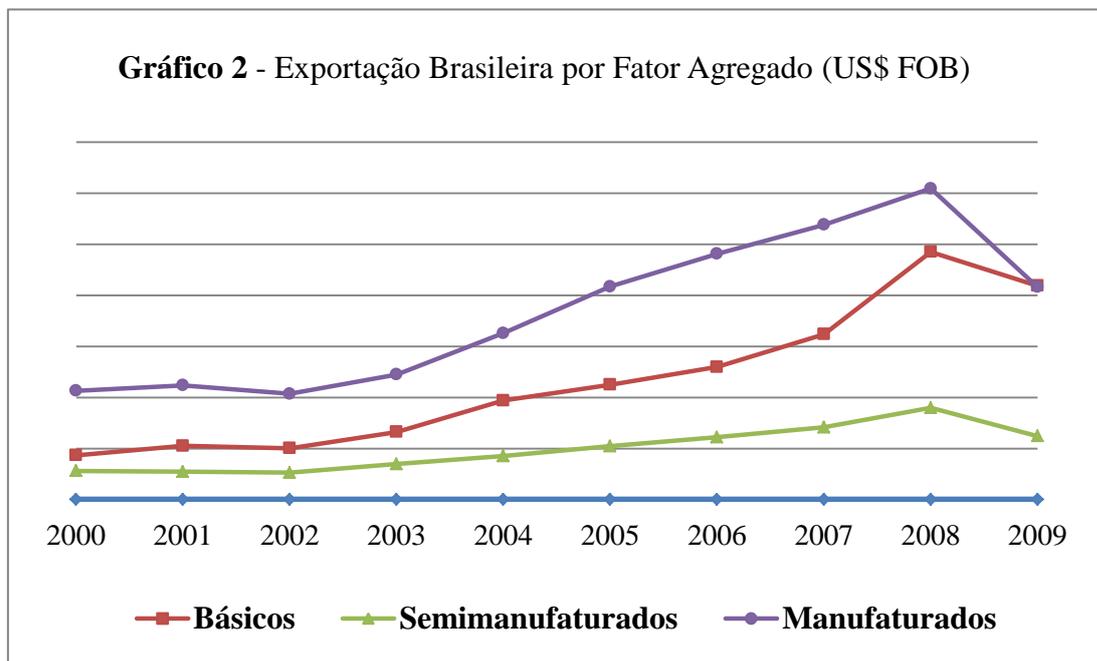
Tabela 8- Exportação Brasileira por Fator Agregado (US\$ FOB)

Ano	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
2000	8.659.925.295	5.598.388.900	21.320.506.000
2001	10.514.991.028	5.437.526.825	22.354.322.007
2002	10.045.441.343	5.248.610.123	20.726.381.474
2003	13.247.361.015	6.962.279.703	24.504.869.651
2004	19.413.147.288	8.513.855.690	32.588.481.704
2005	22.505.940.468	10.463.437.852	41.717.393.375
2006	25.955.341.055	12.219.330.379	48.150.790.424
2007	32.382.304.754	14.139.565.582	53.841.536.059
2008	48.504.672.295	17.953.338.387	60.942.553.667
2009	41.876.504.958	12.439.455.626	41.629.389.338

Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do MDIC/SECEX

Segundo Emanuel Sebag de Magalhães³⁴, o processo de formação eminentemente primário das nossas exportações difere das nossas raízes históricas, pelo fato de exportarmos para os EUA mercadorias industrializadas de baixo valor agregado (óleos brutos de petróleo, ferro, aço, aviões); enquanto para a China exportamos produtos primários, de baixo valor agregado, tais como: soja, minérios de ferro, pastas químicas de madeira, etc. Em contrapartida, suas consequências são semelhantes, pois a desindustrialização e a financeirização do capital produtivo no Brasil está relacionado com o processo de reprimarização. Por sua vez, essa forma de inserção do mercado brasileiro no comércio mundial apresenta fragilidades, fazendo com que o país ocupe uma posição periférica no sistema capitalista, de elevada vulnerabilidade externa e dependência econômica.

³⁴ É graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará e membro do Viês - Núcleo de Economia Política. MAGALHÃES, Emanuel Sebag de. Desafios do desenvolvimento, Ceará, ano 9, out. 2012. Edição 74.p



Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do MDIC/SECEX

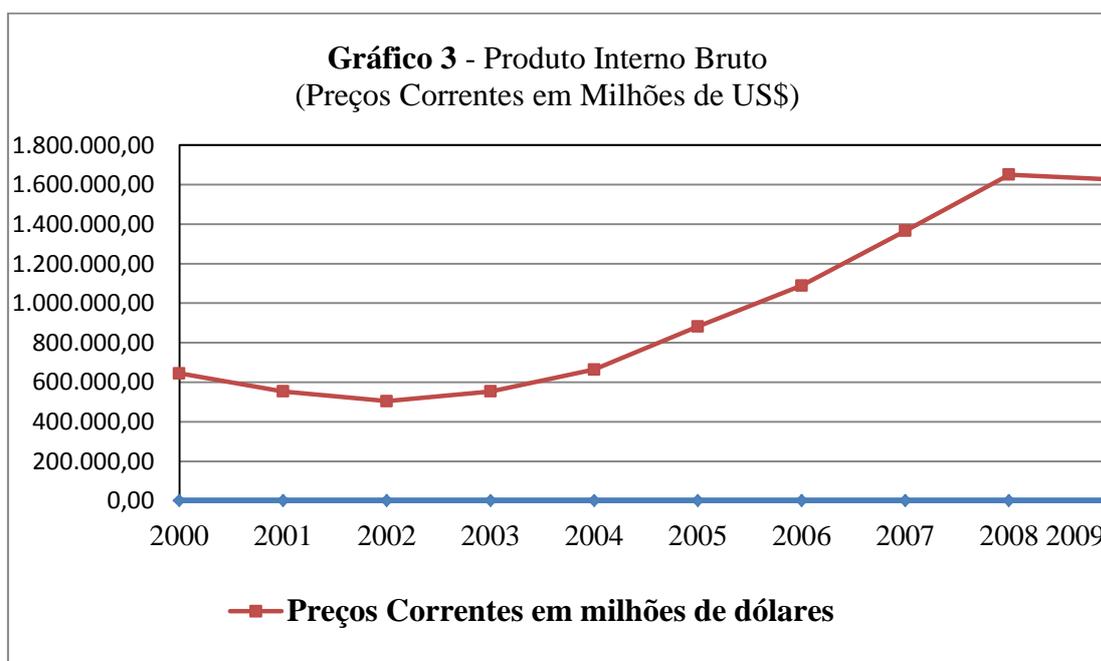
O gráfico acima evidencia que antes da desvalorização do real perante o dólar em 2002, as exportações tiveram uma redução no período 2001-2002, destacando os produtos básicos e manufaturados. Os produtos semimanufaturados apresentaram reduções nas exportações entre 2000 e 2002. Como falado anteriormente o período entre 2002 a 2008 apresentou superávits na balança comercial (as exportações por fator agregado elevaram-se) e em 2009 estas sofreram uma queda em razão da crise de 2008 ocorrida nos EUA.

Segundo Emanuel Sebag de Magalhães, o processo de formação eminentemente primário das nossas exportações difere das nossas raízes históricas, pelo fato de exportarmos para os EUA mercadorias industrializadas de baixo valor agregado (óleos brutos de petróleo, ferro, aço, aviões); enquanto para a China exportamos produtos primários, de baixo valor agregado, tais como: soja, minérios de ferro, pastas químicas de madeira, etc. Em contrapartida, suas consequências são semelhantes, pois a desindustrialização e a financeirização do capital produtivo no Brasil está relacionado com o processo de reprimarização. Por sua vez, essa forma de inserção do mercado brasileiro no comércio mundial apresenta fragilidades, fazendo com que o país ocupe uma posição periférica no sistema capitalista, de elevada vulnerabilidade externa e dependência econômica.

Tabela 9- Produto Interno Bruto (Preços Correntes em Milhões de US\$)

Ano	Preços Correntes em milhões de dólares
2000	644.984
2001	553.771
2002	504.359
2003	553.603
2004	663.783
2005	882.439
2006	1.088.767
2007	1.366.544
2008	1.650.897
2009	1.625.636

Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do IBGE, Bacen



Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do IBGE, Bacen

O gráfico acima mostra a mensuração do PIB (Produto Interno Bruto), o qual por sua vez significa toda a produção de um país, prescindindo a renda recebida do exterior e enviada ao exterior. Por esse motivo, o Brasil tem como parâmetro de mensuração o PIB, pois este é maior que o PNB (mensura as rendas recebidas e enviadas ao exterior), levando em consideração que as transnacionais enviam grande parte de seus lucros para seus países de origem.

No entanto observa-se o crescimento do PIB a partir de 2002 (com a desvalorização cambial), pois o real depreciado incentiva as exportações e desestimula as importações, fazendo com que a produção interna do país cresça mediante a desvalorização do real perante o dólar.

Tabela 10: Índice preços e índices quantum de exportações e importações brasileiras entre os anos de 2000 a 2009 (média 2006=100)

ANO	ÍNDICE PREÇOS EXPORTAÇÃO	ÍNDICE PREÇOS IMPORTAÇÃO	ÍNDICE QUANTUM EXPORTAÇÃO	ÍNDICE QUANTUM IMPORTAÇÃO
2000	74,12	77,06	53,96	79,35
2001	71,56	74,53	59,1	81,67
2002	68,31	72,19	64,21	71,76
2003	71,5	76,55	74,3	69,11
2004	79,29	84,16	88,48	81,73
2005	88,89	93,57	96,78	86,11
2006	100	100	100,02	100
2007	100,51	108,24	105,5	122,01
2008	139,61	132,05	102,9	145,6
2009	120,9	118,1	91,8	118,6

Fonte: elaborado e adaptado pela autora segundo dados do Ipeadata

O índice quantum das exportações e importações de um país tem como finalidade a mensuração da quantidade exportada ou importada de uma mercadoria proporcional ao seu valor. Como mostrado na tabela acima, os índices de quantum (exportação) apresentaram uma majoração, tendo reduzido em 2009 em razão da crise norte-americana ocorrida no final de 2008. Isso significa que houve uma maior participação dos produtos exportados brasileiros no comércio internacional, pois estes apresentavam preços similares aos produtos importados. Ou seja, os produtos brasileiros aumentaram sua participação no mercado internacional em razão da especialização da produção, que garante maior produtividade e preços competitivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se do pressuposto que o saldo da balança comercial possui um considerável nível de participação no crescimento do país (representado pelo PIB), o período de 2000 a 2009 mostrou-se preocupante. As exportações, por sua vez, apresentaram um nível de participação muito pequena quando comparada ao produto total. Durante o período analisado, a contribuição das exportações mostrou-se negativa em 2008 e 2009, levando ao decréscimo do produto.

Por outro lado, é importante ressaltar o crescimento das exportações até o ano de 2007, mesmo esta tendo contribuído de maneira pouco expressiva para o crescimento do PIB. As exportações brasileiras estavam voltadas para produtos básicos ou até mesmo de baixo valor agregado, devido a falta de investimentos no setor industrial e ainda aos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento e Ciência & Tecnologia.

O fato de o Brasil realizar trocas desiguais (importação e exportação), torna-se indispensável que o país exporte uma grande quantidade de produtos de baixo valor agregado para que possa adquirir produtos industrializados (manufaturados). Para tanto, a medida apresentada tende a ser de longo prazo, pois exige uma diversificação na pauta exportadora brasileira, e isto é possível através de investimentos maciços nos produtos a serem comercializados. Além do mais, a realização na diversificação da pauta exportadora depende das empresas transnacionais criar condições para produzir internamente e posteriormente exportar os bens produzidos no país.

Outro fator que chama a atenção é que o país especializa sua produção em bens que são alvo de barreiras tarifárias e não tarifárias e evidentemente, com a liberalização comercial é possível alcançar benefícios elevados que possam alavancar o crescimento da nação. Mas esta medida para ser solucionada não depende única e exclusivamente do Brasil, mas de outros países. E é por isso que o país tem se mostrado um grande articulador externo, liderando o G20, buscando impedir as barreiras que restringem a exportação dos produtos fabricados nos países subdesenvolvidos aqueles desenvolvidos.

Portanto, o Brasil deve apresentar maior participação no comércio internacional mediante a liberalização comercial, para que o país consiga crescer internamente via expansão das exportações, não somente em produtos básicos (primários), mas principalmente em produtos industrializados (de alto valor agregado). Ou seja, quanto maior a especialização do

país em produtos industriais simultaneamente ao investimento em novas tecnologias, maior será o saldo da balança comercial concomitantemente ao crescimento do país.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

BADO, Alvaro Roberto Labrada. A Política Econômica Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Diretoria de Política Econômica, Departamento Econômico). Nota para a imprensa. Diversos números.

BRAGA FILHO, Hélio; SOUZA, Marcos Vinícius de; DINIZ, Natália. Exportação x importação: o problema da balança comercial brasileira. Franca: IPES-Uni-FACEF, 2008.

BRASILEIRA, Análise da Balança Comercial. Associação de Comércio Exterior do Brasil.

Disponível em:

<<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/An%C3%A1lise%20da%20Balan%C3%A7a%20Comercial%20Brasileira%202010.pdf>>. Acesso em: 11 sep. 2013.

BRUM, Argemiro. O desenvolvimento econômico brasileiro. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CEAL. Conselho Empresarial da América Latina. Disponível em:

<<http://www.ceal.co/br/ceal>>. Acesso em: 09 sep. 2013.

COUTINHO, Mauricio Chafim. Lições de economia política clássica. São Paulo: Hucitec, 1993.

FURTADO, Celso. Os desafios da globalização. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 1996.

_____. Formação Econômica do Brasil. 33. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

_____. O Brasil pós-milagre. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LACERDA, Antônio Corrêa de. O impacto da globalização na economia brasileira. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

MAGALHÃES, Emanuel Sebag de. Desafios do desenvolvimento, Ceará, ano 9, out. 2012. Edição 74.p.

MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo: Polis; Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MEDEIROS, Henrique Jorge Marinho. Teorias do Comércio Internacional e Política Comercial. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO. Política industrial e de comércio exterior. Diretrizes gerais. Brasília, 1991.

PORTER, Michael E. A vantagem competitiva das nações. Tradução de Waltensir Dutra. 9. Ed. Rio de Janeiro: Campus. 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir Ferreira de; BORGES, Rosana Gaspar. Cadeias produtivas no desenvolvimento regional: o caso de Toledo no Oeste do estado do Paraná. Disponível em: < http://www.ecopar.ufpr.br/artigos/a_096.pdf>. Acesso em: 25 aug. 2013.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTIAGO, Emerson. Deterioração dos termos de troca. Disponível em:

< <http://www.infoescola.com/economia/deterioracao-dos-termos-de-troca/>>. Acesso em: 09 sep. 2013.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Tradução de Luiz João Baraúna. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SOUZA, Luiz Gonzaga de. Economia Industrial. Disponível em: < <http://www.eumed.net/libros-gratis/2005/lgs-ei/7d.htm>>. Acesso em: 11 aug. 2013.

SOUZA, Nali Jesus de. Desenvolvimento econômico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SUZIGAN, Wilson. Substituição de Importações. Disponível em: < <http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/economia/industri/substimp/apresent.htm>>. Acesso em: 10 sep. 2013.

TAVARES, Maria Conceição & FIORI, José Luís (Orgs.). Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Rio de Janeiro: mimeo, 1978.

TREMEA, Nadia. As exportações e o PIB do Brasil no período de 2000 a 2009. Revista ADMpg Gestão Estratégica:2011, v.4. n. 1.